UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

JANETE FARIAS MENDONÇA

PATRIOTISMO URBANO E “MARKETING” NA CIDADE DE RIO BRANCO-AC: AÇÕES DO ESTADO E PROMOTORES IMOBILIÁRIOS NOS GOVERNOS DA FRENTE POPULAR-FPA

Porto Velho-RO
2019

JANETE FARIAS MENDONÇA

PATRIOTISMO URBANO E “MARKETING” NA CIDADE DE RIO BRANCO-AC: AÇÕES DO ESTADO E PROMOTORES IMOBILIÁRIOS NOS GOVERNOS DA FRENTE POPULAR-FPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Território e sociedade na Pan-Amazônia-TSP

Orientadora: Profª. Drª. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante

Coorientadora: Profª. Drª. Maria de Jesus Morais

Porto Velho-RO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

M53p Mendonça, Janete Farias.

Patriotismo urbano e "marketing" na cidade de Rio Branco- AC: ações do Estado e promotores imobiliários nos governos da frente popular - FPA / Janete Farias Mendonça. -- Porto Velho, RO, 2019.

101 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Maria Madalena de Aguiar

Cavalcante Coorientador(a): Prof.ª Dra. Maria de Jesus Morais.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Patriotismo urbano. 2.rio branco-Acre. 3.Marketing. 4.Mercado Imobiliário. I. Cavalcante, Maria Madalena de Aguiar. II. Título.

CDU 911.375.5

Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard CRB 11/897

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Ambiente e Território na Pan-Amazônia

UNIR FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Núcleo de Ciências Exatas e da Terra
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Janete Farias Mendonça

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pela Orientadora e Presidente **Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** - Examinador Interno/PPGG/UNIR e **Profa. Dra. Ana Cristina Lima Barreiros da Silva** - Examinadora Externa/FARO, reuniram-se em 03 de dezembro de 2018, às 15 horas, no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada: ***"Produção do Espaço Urbano em Rio Branco-ACRE: Intervenções do Estado e Promotores Imobiliários"*** da mestranda **Janete Farias Mendonça,** matrícula 20162001694. Após a explanação da pós-graduanda e arguição pela Banca Examinadora, a referida **DISSERTAÇÃO** foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada Aprovada. A Candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo Colegiado, do processo de Defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada e a comprovação do cumprimento dos demais créditos, conforme Regimento Interno. ***Este documento tem validade de 90 dias a contar desta data.***

Porto Velho-RO, 03 de dezembro de 2018.

Profa. Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Josué da Costa Silva
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Profa. Dra. Ana Cristina Lima Barreiros da Silva
Examinadora Externa/FARO

A meus pais Walter (In Memoriam) e Maria, com amor e gratidão.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me propiciou chegar até uma pós-graduação na certeza de que essa titulação me qualificará para a vida profissional e pessoal.

A minha família, pai *(In Memoriam),* mãe e irmãos por constituírem comigo o sentido das coisas que faço.

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) pela oportunidade de cursar uma Pós-Graduação no Programa de Geografia- PPGG.

Agradeço a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa (Fapero) pela concessão da bolsa de estudo.

A minha orientadora, professora Drª. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, pelo direcionamento dado para o desenvolvimento da pesquisa. O destino nos uniu e despertou ainda mais minha admiração pela excelente profissional e humana que és.

A minha coorientadora, professora Drª. Maria de Jesus Morais, me acompanhar em mais um trabalho. Há pessoas que marcam nossa vida de modo irreversível e a transforma na maneira de ver o mundo, você é uma dessas pessoas.

Um agradecimento especial, ao Professor Dr. Josué Costa e a Professora Drª. Maria das Graças. Obrigada pelo apoio que sempre nos deram, pelo carinho e amizade conquistada.

Ao Professor Dr. Adnilson Almeida por sempre está disposto a ajudar, a tirar dúvidas.

Aos professores de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC) no qual tenho profundo respeito e admiração, em especial aos Professores Drs. Victor Bento, José Bairral, Sílvio Simioni e as Professoras Dras. Karina Ponte, e Lucilene Almeida. A todos vocês, obrigada pelo apoio, incentivo e apreço.

A Patrícia Lopes pelo profissionalismo, prontidão em tirar dúvidas e por estar sempre sorrindo nos dizendo “que não tem de quê”. Eu agradeço, eu agradeço!

Aos amigos e, agora, Mestres em Geografia, Suzanna, Francilene e Moisés por cederam o primeiro “*Cafofo da Pavulagem”*.

Agradeço a Liziane por ter aceitado o desafio de tentar o processo seletivo do PPGG/UNIR/2016, por compartilhar comigo momentos de alegria, conhecimento e “apertos” no início do curso. Conseguimos!

Aos amigos e colegas de turma do mestrado e doutorado 2016/2 que percorreram o mesmo caminho, compartilhando momentos de aprendizado durante as disciplinas e aulas de campo. Sucesso a todos!

Agradeço aos amigos mestrandos e conterrâneos do *“Cafofo 2017*” e do *“Cafofo 2018”*.

Um agradecimento especial, a Dhuliani Cristina que desde a graduação e, atualmente, enquanto mestranda compartilhou comigo as aflições e os frutos de “aprendizes” de pesquisadoras. “Mana”, sua amizade foi uma das melhores coisas que já me aconteceu.

Enfim, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa, muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa faz uma análise da produção do espaço urbano em Rio Branco idealizada pelo poder público e pelo capital imobiliário ao longo de quase duas décadas. Rio Branco começa a ter as primeiras obras de reforma urbana na década de 1920, na administração de Hugo Carneiro (1927-1930). Nas décadas seguintes a política urbanística é "moderada" devido ao contexto da Batalha da Borracha, quando a maioria dos recursos que vinham para o Território era investida no campo. Passado esse período, nas gestões posteriores o olhar é voltado para as questões de urbanização e tem-se uma continuação dessa política. No entanto, essas políticas de reforma urbana se intensificaram mais a partir de 1999 quando a FPA-PT chega ao Executivo Estadual e realiza a construção e revitalização de vários espaços públicos. Inicialmente as obras estavam relacionadas à comemoração do Centenário do Acre (1903-2003) e foram lançadas com o intuito de firmar uma identidade acreana e o sentimento de pertencimento nas pessoas com o patriotismo urbano. Tais medidas provocaram a aceitação na população a ponto de eleger o mesmo partido PT por quase duas décadas, mesmo com tantos descasos público em diversos segmentos. Outra característica marcante do governo do Acre foi ao sentido de criar condições gerais de desenvolvimento como aprovação da lei municipal de parcelamento do solo que favorece apenas a classe hegemônica. O objetivo geral da pesquisa é analisar as obras de reforma urbana na cidade de Rio Branco, no período de 1999 a 2017 enquanto processo transformador do espaço da cidade e como preparador de ações para atuação dos agentes imobiliários. Deste modo, é tido como fonte de partida às ações (urbanísticas) em curso implementadas pelo Governo nas últimas duas décadas e, a construção de moradia de alto status, como condomínios e loteamentos fechados que tem crescido na cidade mesmo sem ter uma legislação própria. Os procedimentos metodológicos tiveram o intuito de captar as transformações que estão ocorrendo na cidade, no que diz respeito às ações estatais que preparam a cidade para o mercado imobiliário e, a ação do mercado imobiliário que ao receber apoio do poder público nas legislações municipais tem tido uma oportunidade de expandir esse mercado na cidade. Para tanto foi feito levantamento bibliográfico para dá suporte teórico a pesquisa; consultas no site do Governo; dados de disponibilizados pela prefeitura; entrevista com profissionais do setor imobiliário e outros. Destarte, como resultado da pesquisa foi constatado que o estado e os promotores imobiliários têm transformado a imagem da cidade ao longo dos anos, o primeiro através das revitalizações e o segundo mediante a construção e parcelamento do solo dos condomínios e loteamentos fechados.

Palavras-chave: Patriotismo Urbano. Rio Branco-Acre. "Marketing". Mercado Imobiliário.

ABSTRACT

The research makes an analysis of the production of urban space in Rio Branco idealized by public power and real estate capital for nearly two decades. Rio Branco begins to have the first works of urban reform in the decade of 1920, in the administration of Hugo Carneiro (1927-1930). In the following decades the urban policy was "moderate" due to the context of the Battle of the Rubber, when the majority of the resources that came to the Territory were invested in the field. After this period, in the later administrations the focus is on the urbanization issues and there is a continuation of this policy. However, these urban reform policies intensified more from 1999 when the FPA-PT arrives at the State Executive and carries out the construction and revitalization of several public spaces. Initially the works were related to the celebration of the Centennial of Acre (1903-2003) and were launched with the intention of establishing an Acre identity and the sense of belonging in people with urban patriotism. Such measures provoked acceptance in the population to the point of electing the same PT party for almost two decades, even with so many public desks in various segments. Another important feature of the Acre government was the sense of creating general development conditions such as the approval of the municipal law of land subdivision that favors only the hegemonic class. The general objective of the research is to analyze the works of urban reform in the city of Rio Branco, from 1999 to 2017 as a transforming process of the city space and as a preparer of actions for the real estate agents. In this way, the current (urban) actions implemented by the Government in the last two decades and the construction of high status housing, such as condominiums and closed lots, have been taken as a source of departure that has grown in the city even without having its own legislation. The methodological procedures were designed to capture the transformations that are occurring in the city, regarding the state actions that prepare the city for the real estate market, and the action of the real estate market that, having received the support of the public power in the municipal legislations, has had an opportunity to expand this market in the city. For that, a bibliographic survey was done to give theoretical support to the research; consultations on the Government website; data available from the city hall; interview with real estate professionals and others. Thus, as a result of the research, it was verified that the state and real estate developers have transformed the image of the city over the years, the first through revitalizations and the second through the construction and land subdivision of condominiums and closed lots.

Keywords: Urban Patriotism. Rio Branco-Acre. "Marketing". Real estate market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área urbana de Rio Branco-AC 47
Figura 2 - Crescimento da População de Rio Branco - 1920 a 1970 58
Figura 3 - População urbana e rural de Rio Branco 1970 a 1991 60
Figura 4 - Mancha urbana em Rio Branco de 1990 a 2010..... 61
Figura 5 - Mercado Municipal de Rio Branco 68
Figura 6 - Calçadão da Gameleira em Rio Branco-AC..... 69
Figura 7 - Palácio Rio Branco..... 70
Figura 8 - Slogan do governo na construção do Parque 73
Figura 9 - Início do Parque 74
Figura 10 - Área de esgoto urbanizada 74
Figura 11 - Tribunal de Justiça do Acre -TJAC..... 78
Figura 12 - Início das obras do Museu dos Povos Acreanos 79
Figura 13 – Projeto do Museu dos Povos Acreanos 80
Figura 14 - Espacialização dos loteamentos fechados em Rio Branco..... 90
Figura 15 -Entrega de lote no Ecoville Rio Branco - 2017..... 93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Primeiras obras em alvenaria em Rio Branco – Década de 1920... 57
Quadro 2 - Pólos de valorização secundários em Rio Branco 75
Quadro 3 - Loteamentos fechados em Rio Branco, 1999-2017 90
Quadro 4 - Compilação anúncios dos loteamentos fechados em Rio Branco.. 92

LISTA DE ABREVIATURAS

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

FPA - Frente Popular do Acre

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INTO - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

PT - Partido dos Trabalhadores

PP - Partido Progressista

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

TJAC - Tribunal de Justiça do Acre

UFAC - Universidade Federal do Acre

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNINORT - União Educacional do Norte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13
INTRODUÇÃO 15
CAPÍTULO 1 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: CONSTRUINDO O DEBATE TEÓRICO 19
1.1 - A ação dos agentes sociais na produção do espaço 19
1.2 - O mercado de cidades e o marketing urbano 32
CAPÍTULO 2 - MÉTODO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS 45
2.1 - A cidade de Rio Branco-Acre 45
2.2 - Procedimentos Metodológicos 48
CAPÍTULO 3 - REFORMA URBANA EM RIO BRANCO-ACRE: MUDANÇAS EM CURSO 54
3.1 - Contexto histórico da reforma urbana 54
3. 2 - Rio Branco: intervenções urbanas a partir da década de 1990 65
3. 3 - Obras estaduais a partir de 2007 - Rio Branco 76
3. 4 - Produção do espaço urbano no fim da “era” do governo da floresta ... 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS 95
REFERÊNCIAS 99

APRESENTAÇÃO

Na escrita desta dissertação eu, Janete Farias Mendonça, fui orientada pela Professora Dra. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da coorientadora Dra. Maria de Jesus Morais da Universidade Federal do Acre (UFAC). A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), com o título *"Produção do Espaço Urbano em Rio Branco-Acre: Intervenções do Estado e Promotores Imobiliários"*.

Minha trajetória nos estudos começa quando meus pais, que moravam na zona rural do município de Sena Madureira, decidem vir para Rio Branco, em busca de uma condição de vida melhor para os filhos que os mesmos só viam nos estudos essa possibilidade de mudança de vida. Com dignidade e caráter fomos instruídos por eles a sermos "pessoas de bem" e acima de tudo ver os estudos como o único meio para mudarmos de vida.

O esforço valeu a pena, em 2011, passei no vestibular na Universidade Federal do Acre (UFAC), no curso de Geografia Bacharelado. Além de um sonho pessoal, era um desejo dos meus pais ver os filhos estudando e cursando o ensino superior, oportunidade que não tiveram. Ingressei na graduação e, com muito esforço e dedicação consegui concluir.

Durante a graduação, tive a oportunidade de fazer parte do Programa de Educação Tutorial (PET), uma oportunidade ímpar no qual tive o primeiro contato com a pesquisa. Os anos de bolsista PET me proporcionaram além de aprendizagem nas orientações e debate de textos, experiências histórico-culturais fundamentais para uma geógrafa vivenciada através das expedições geográficas. As expedições geográficas eram momento de grande aprendizado, pois me permitiu entender um pouco mais da historia de formação de cada município visitado, os problemas que envolvem cada cidade, além da cultura local. Como geógrafos em formação, estas viagens de campo me proporcionaram riquíssimas experiências, pois foi à materialização do conhecimento adquirido nos livros e debates.

No PET Geografia fundamentado no tripé: ensino, pesquisa e extensão, foi onde tive o primeiro contato com a pesquisa e onde comecei me interessar pelo estudo da geografia urbana. Como bolsista por três anos, desenvolvi pesquisa sobre a valorização imobiliária na cidade que culminou no meu projeto de pesquisa para

monografia intitulada *“Centralidade e Valorização Imobiliária na Cidade de Rio Branco: A Via verde Enquanto Nova Expressão de Centralidade”*, apresentada em março de 2015. Desde então, estudar a cidade e seus fenômenos socioespaciais tem sido a temática que mais me despertou dentro da ciência geográfica.

Em 2016, o ingresso no PPGG/UNIR foi grande conquista para mim e para minha família, pois fui a primeira a cursar um mestrado e o que era um sonho pessoal (seguir carreira acadêmica) se tornou realidade. O apoio de minha mãe, de parentes e amigos mais próximos foi extremamente importante para essa conquista, principalmente nos oito primeiros meses em que fiquei sem auxílio da bolsa. A participação nas disciplinas, em eventos acadêmicos na própria instituição e tantas outras atividades foi crucial para o “amadurecimento” das ideias e obtenção da aprendizagem enquanto estudante de Pós-Graduação.

Vale destacar também a importância do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (GOT-Amazônia) para o crescimento individual e coletivo. Os colóquios, como atividade de aprimoramento das pesquisas individuais foram para mim, e acredito que seja para o grupo, fundamental para a execução do passo a passo da pesquisa. Essa troca de ideias e orientações de modo coletivo permitiu um contato maior entre os pesquisadores num envolvimento mútuo de saberes e técnicas, além do estreitamento das relações sociais entre os membros do grupo.

Em virtude dos fatos mencionados, as dificuldades enfrentadas para chegar até aqui, os conhecimentos compartilhados e as experiências adquiridas com a pesquisa na graduação na área da geografia urbana foi que me motivaram a dar continuidade, agora no mestrado, no estudo sobre a cidade.

Na dissertação, trabalho as transformações urbanas ocorridas nos últimos 20 anos em Rio Branco, na qual utilizei o método Materialismo Histórico e Dialético para demostrar as contradições, interesses e semelhanças na produção desse espaço.

INTRODUÇÃO

Nos estudos urbanos de caráter geográfico, faz-se necessário considerar a produção do espaço e os agentes sociais responsáveis por reproduzi-lo. Na abordagem do materialismo histórico e dialético, a produção do espaço urbano tornou-se um grande negócio para o capitalismo, desta forma, este está sempre criando as condições necessárias para a urbanização ocorrer mediante a ação de algum agente produtor do espaço urbano responsável por (re)produzir a cidade.

Os agentes responsáveis por transformar o espaço são os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários e fundiários, o Estado, os grandes comerciantes, os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados. Com exceção dos grupos sociais menos favorecidos, os demais agentes têm interesses às vezes diferenciados, mas na sua maioria as ações se integram e convergem para a exclusão socioespacial da população de baixa renda e/ou dos grupos sociais excluídos.

A cidade de Rio Branco, Acre, tem passado nos últimos anos por mudanças decorrentes de fatores como o crescimento populacional, econômico, mas principalmente no que diz respeito à implantação de novos artefatos públicos e privado que, ao serem construídos geram mudanças estruturais na cidade. Estas modificações são decorrentes principalmente da atuação de dois agentes responsáveis por modificar o espaço na cidade: o Estado e os proprietários imobiliários.

O primeiro, ao assumir múltiplos papéis em relação à produção do espaço, inserindo-se no contexto econômico, político e social na cidade ao longo dos anos tem realizado várias ações como: criação de conjuntos habitacionais, parques, ampliação de vias, revitalização de praças e prédios públicos, dentre outros. O segundo pode-se dizer que não importando o local, sempre tem se destacado por procurar obter maior lucro possível pelo menor preço. Em Rio Branco, essa característica não é diferente, a produção do espaço realizada por estes agentes na cidade tem sido intensa através da construção de condomínios e loteamentos fechados que têm modificado a paisagem urbana.

A transformação no espaço físico na capital seja pelo poder público ou pela iniciativa privada têm corroborado para o melhoramento da estrutura e imagem da

cidade. Em Rio Branco, por ser uma cidade de porte médio qualquer interferência pública de urbanização gera certo “impacto” na população. Assim, a revitalização de uma praça, por exemplo, dificilmente passa despercebida pelos citadinos que transitam diariamente na cidade. Em uma cidade metropolitana dificilmente uma obra nova é perceptível e/ou usufruída por pessoas que não seja da mesma região visto que os fluxos são variáveis.

Em Rio Branco, as primeiras obras de reformas urbanas que causaram grandes mudanças na cidade tiveram início ainda na década de 1920, na gestão do Governador Hugo Carneiro. Nesse período, o governador incentivou a construção de obras públicas em alvenaria, no lugar das construções em madeira que segundo o mesmo, representavam “atraso”. Estas obras eram acompanhadas por discurso higienista. Termo este que está associado há fatores como: o estabelecimento de novos hábitos padrões arquitetônicos, novos traçados e avenida, retirada das pessoas doentes das ruas.

Nas décadas seguintes, mais precisamente em 1946, outras obras de reformas urbanas importantes para o embelezamento da cidade foram realizadas, sobretudo depois do fim da Batalha da Borracha[1]. Até esse período, dos recursos vindos para o Acre pouco era investido na cidade, destacando-se então a gestão do governador Guiomard dos Santos que realizou serviços de infraestrutura e obras importantes como à construção do aeroporto Salgado Filho foi materializada na capital.

Na década de 1970 em diante, entra no contexto do Acre a migração de pecuaristas do sul do Brasil que mudou não apenas a atividade econômica do estado, mas também o espaço devido à vinda dos ribeirinhos para morar na cidade. A cidade, a partir desse contexto, cresceu sem qualquer tipo de planejamento e teve um aumento significativo da população urbana fato que gerou a necessidade de novos serviços públicos e privados, além de um desafio para as gestões posteriores.

Na atualidade, essas reformas urbanas tornaram-se mais intensas a partir da chegada da Frente Popular do Acre (FPA) ao Executivo Estatual com o Partido dos Trabalhadores (PT). A cidade, ao longo desses últimos 20 anos, tem passado por transformações com as obras de urbanização empreendidas pelo poder público, por

[1]Foi uma corrida pela extração do látex (um produto do extrativismo vegetal) na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Respondendo ao apelo da propaganda do Governo Federal milhares de nordestinos se dispuseram (ou foram dispostos) a vir para a Amazônia para trabalhar na produção de borracha.

isso, não há como não fazer este apontamento sem fazer alusão ao partido político da coligação da FPA-PT que está à frente na gestão estadual desde 1999.

Nesta gestão, várias obras de urbanização foram realizadas com o intuito de melhorar a imagem da cidade, tais como revitalização de prédios públicos; construção de moradia popular, atualização de dois Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (2006 e 2016); a criação de leis municipais, dentre outros.

Este processo de mudança na cidade também está intrinsicamente associado à especulação imobiliária que tem participado ativamente nesse processo de expansão e, principalmente, aproveitado o incentivo dado pelo Estado – em criar leis de parcelamento do solo - para investir, corroborando com a discussão da atuação dos agentes produtores do espaço na capital.

Para compreender esse processo de transformação, a pesquisa busca responder as seguintes perguntas: Qual o papel do Estado e dos promotores imobiliários na produção do espaço na cidade de Rio Branco? E como o Governo tem viabilizado o processo de urbanização na cidade nos últimos anos? Fundamentando-se nesse recorte de investigação, a pesquisa tem como objetivo analisar as obras de reforma urbana na cidade de Rio Branco, no período de 1999 a 2017, enquanto processo transformador do espaço da cidade e como preparador de ações para atuação dos agentes imobiliários. Esse espaço temporal foi à época em que mais se intensificaram na cidade, as obras de reforma urbana que tem modificado a imagem da cidade.

Para tanto, foram elaborados três objetivos específicos: Discutir a produção do espaço urbano enquanto processo de transformação do espaço na cidade; apontar como as principais obras realizadas a partir de 1999 foram importantes para “embelezar” e/ou preparar a cidade para os agentes imobiliários e, entender como o poder público que a princípio era voltado para classe popular tem preparado as condições necessárias para apropriação privada do espaço.

A pesquisa apresenta-se como inovadora, pois traz uma atualização do debate sobre geografia urbana em Rio Branco ao apontar as principais obras de reformas urbanas implementadas na capital que acendem a discussão da venda da imagem da cidade e da produção capitalista do espaço. Estas reestruturações são obras feitas pelo Estado ou Prefeitura no sentido de readequar o espaço das

cidades sejam através da revitalização de espaços já consolidados ou através da construção de novos espaços sociais públicos.

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro "**Processo de urbanização: construindo o debate teórico"** mostra-se a urbanização enquanto processo de produção do espaço urbano sob na qual a cidade é transformada sob as lógicas capitalistas é tida como um produto, sendo vendida como mercadoria. No entanto, para vender os atributos que existem na cidade, isto é sua imagem é necessário um plano estratégico que os autores vão chamar de *city marketing*.

O segundo **"Método e procedimentos operacionais"** aborda a questão do método do Materialismo Histórico e Dialético e sua aplicação no contexto da produção contraditória do espaço urbano na cidade de Rio Branco e, também vai tratar dos procedimentos metodológicos e os principais autores norteadores utilizados na pesquisa.

O terceiro trata da "**Reforma urbana de Rio Branco-Acre: mudanças em curso",** esse capítulo versa sobre a produção do espaço mediante as ações do governado da frente popular do Acre - FPA-PT a partir de 1999, através das obras de reformas urbanas que tem modificado a imagem da cidade. O capítulo versa também sobre as novas lógicas de produção e consumo do espaço em Rio Branco, isto é, sobre a construção de condomínios e loteamentos fechados como produção do espaço no final da gestão da FPA-PT a capital.

O aprofundamento dessas questões possibilitou entender as mudanças que tem acontecido na cidade em Rio Branco e que tem sido realizado pelos agentes sociais responsáveis por produzir o espaço ao longo dos anos. O modo como esses agentes atuam é repleto de estratégias, contradições e envolve interesses sociais, políticos e econômicos.

CAPÍTULO 1 - PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: CONSTRUINDO O DEBATE TEÓRICO

Este capítulo versa sobre a urbanização enquanto processo de produção do espaço urbano. A nova estratégia encontrada pelo capital é a compra e venda de parcelas do espaço. Assim, ao ser transformada a cidade passa a ser vendida como mercadoria seja através parcelamento do solo de ou da difusão da imagem da cidade.

1.1. A ação dos agentes sociais na produção do espaço

Refletir sobre as reformas urbanas nas cidades, torna o estudo urbano fundamental para a interpretação dos processos sociais que atravessam a sociedade contemporânea. Dentre as diversas áreas que se dedicam aos estudos urbanos, a Geografia é uma das ciências que possui mais contribuições para se compreender a sociedade, pela capacidade de fazer uma leitura espacializada dos fenômenos sociais. A ciência geográfica fornece dados e aportes teóricos capazes de esclarecerem subsidiarem os movimentos de problematização da cidade nos quais as demais áreas do conhecimento não conseguem elucidar.

A categoria de análise da geografia usada para explicar as transformações que ocorrem na cidade e sua dinâmica é o espaço, o qual assume, hoje em dia, uma importância fundamental, uma vez que a natureza, em seu todo, ao ser modificada é transformada em uma forma produtiva. A definição de espaço não pode ser encontrada sem a discussão da relação entre a natureza e a sociedade, difundida pelo trabalho. O espaço para Santos (2008, p. 28), é “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”. Ou seja, é a junção fracionada (pois cada espaço difere um do outro) dos objetos (geográficos, naturais e sociais) em movimento.

O conceito de espaço, de acordo com Lefebvre (2006 p. 06), reúne o mental, o cultural, o social e o histórico. Logo, reconstitui-se um processo complexo de “*descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos), de *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) e de *criação* (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o *décor*)”. Na concepção de Corrêa (1989; 2012), o espaço urbano se constitui no conjunto de diferentes usos

da terra justapostos entre si. No entanto, para este autor, tais usos são definidores da complexa organização espacial da cidade, tornando-a lócus da ação humana e reflexo e condição da sociedade.

Como resultado da ação humana, o espaço passa a ser visto não mais como algo “natural”, mas como um produto, uma vez que ao construir uma estrada ou uma ponte, o espaço deixa de ser “natural” passa a ser um produto transformado pela ação da sociedade. O solo urbano ao ser parcelado e comercializado também se torna um produto, ou seja, algo que adquire valor, que pode ser trocado, vendido, comprado como qualquer outro objeto nas cidades.

É válido nesse momento trazer uma contextualização sobre o que é cidade, uma vez que as transformações no espaço urbano ocorrem em determinada localidade. Dentre outros conceitos, a cidade é entendida como um espaço criado pelo homem que vai além do local de residência ou de trabalho; é o resultado de uma vontade coletiva e uma realidade social compartilhada em uma determinada época. Para Corrêa (1997, p. 121), é a “expressão concreta dos processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico”.

A noção de cidade também está associada à concentração populacional e a existência de um espaço de trocas, de ligações, de transferências materiais e imateriais. A concentração populacional favoreceu que o processo de urbanização fosse fundamentalmente associado à dimensão demográfica, no entanto, essa comparação tornou difícil definir o próprio termo (urbanização) bem como associar a noção de cidade somente a este processo, visto que o termo possui diversos sentidos.

É preciso ter cuidado, portanto, para não confundir urbanização com crescimento populacional. Na conjuntura atual, a produção do espaço independe apenas das políticas públicas, uma vez que esse processo tem sido realizado também pela sociedade. Nesse sentido, “o Estado age como regulador e impõe as relações de produção enquanto modo de dominação do espaço, imbricando espaços dominados/dominantes para assegurar a reprodução da sociedade existente” (CARLOS, 2007, p. 105).

Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar a relação entre a industrialização e o processo de urbanização. A industrialização, além de outros intentos permitiu o aumento do mundo da mercadoria, pois ao proporcionar o avanço

de redes e técnicas, onde áreas mais remotas do mundo passaram a ter acesso à informação, permitiu o aumento da mercadoria-espaço instituindo o processo de urbanização.

No geral, a urbanização foi associada a um movimento que atingiu níveis de complexidade de grande proporção nos últimos tempos, a ponto de ser considerado o fenômeno contemporâneo mais importante. Pela primeira vez na história (em algum momento de 2008), a humanidade alcançou um marco importante: metade da população mundial - aproximadamente 3,3 bilhões de pessoas - reside em áreas urbanas, segundo o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat) (STATE, 2009).

No Brasil, o processo de urbanização vem sendo estudado desde a década de 1960, quando a identificação e a delimitação das maiores aglomerações de população no país passaram a ser objeto de estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (IBGE, 2016). Embora alguns estudos apontem que o Brasil é um país “menos urbano” do que parece, a grande maioria da população brasileira já é urbana e, essa não é uma realidade apenas “virtual”, mas uma realidade concreta com seus dilemas, contradições e suas mazelas. Não obstante, a sociedade brasileira também tem suas virtudes e possibilidades de pensar a construção de uma nação desenvolvida com equidade, preservando a diversidade.

Para Corrêa (2011), a urbanização ganha visibilidade na cidade onde a vida cotidiana em toda a sua complexidade, manifesta-se e é manifestada nas formas e interações espaciais, gerando o que o autor vem chamar de espaço fragmentado e articulado. De acordo com Soares (2011, p. 212), “mais do que números, a taxa de urbanização reflete o processo de desenvolvimento do capitalismo e as formas de apropriação do território por diferentes circuitos e estruturas produtivas”. Nestes fatores estão inclusas as políticas intervencionistas do Estado - em nível federal e estadual - e sua atuação na ordenação intra e interurbana, isto é, na produção do espaço.

Deste modo, compreende-se que a dinâmica da produção do espaço em geral e da urbanização em particular é um grande negócio no capitalismo, uma vez que o ele está sempre produzindo as condições necessárias para a urbanização

ocorrer mediante algum agente produtor e consumidor do espaço que vê nesse processo um meio de reproduzir o capital.

Na literatura do urbano, muito se tem falado a respeito dos agentes produtores desse espaço urbano. De acordo com Corrêa (2012), os agentes espaciais estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Desta maneira, os agentes refletem as necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos muitas vezes associados a eles mesmos. São os agentes que materializam os processos sociais na forma de um espaço construído, seja na rede urbana ou no espaço intraurbano.

De maneira geral, os agentes sociais aparecem como quase sempre os mesmos. Dentre estes se destacam: o Estado que desempenha múltiplo papeis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade de atuação torna-se ao mesmo tempo complexa, visto que o mesmo constitui uma arena no qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam.

Os promotores imobiliários os quais se entende como um conjunto de agentes que realizam seja parcial ou total, várias funções. Dentre estas diversidades de atuação pode ser citada a produção de imóveis residenciais de alto status em determinados locais do espaço intraurbano, fato que suscita o processo de segregação residencial e que nos interessa particularmente nesta pesquisa. A procura por moradia em empreendimentos privados tem sido intensa, principalmente devido a fatores como a violência que assola a maioria das cidades brasileiras. E os promotores imobiliários veem esse momento para investir nesses imóveis como solução para o problema.

Os proprietários fundiários que atuam no sentido de obter a maior renda da terra de suas propriedades. O que interessa é que suas terras tenham o uso e que seja o mais lucrativo possível, principalmente quando se trata de uso comercial ou residencial de alto status. Esses agentes geralmente pressionam o poder público para levar infraestrutura para próximo aos lotes para que essas terras sejam valorizadas e, consequentemente venham auferir um melhor lucro com a sua venda.

O promotor industrial que também é consumidor de espaço e de grandes áreas, por meio da implementação de fábricas, indústrias e conjuntos habitacionais que asseguram a reprodução da mão-de-obra tão necessária aos seus negócios. Existem também os grupos sociais excluídos e os movimentos sociais organizados

que como o próprio nome indica é a parte da população mais vulnerável, isto é, desprovida de recursos financeiros. Os grupos sociais excluídos que também transformam o espaço. São formados pela população de baixa renda que por não ter onde morar, ou até mesmo por não ter recursos para comprar e/ou pagar aluguel de uma habitação decente, não veem alternativa a não ser ocupar residências velhas no centro ou produzir novos espaços através de ocupações.

Os grupos sociais excluídos também organizam, constroem e transformam o espaço, mas, geralmente, não usufruem. Considerar a atuação desses agentes não pressupõe tratá-los de maneira isolada, como se cada ação correspondesse à realização de um interesse específico, mas através de redes de articulação ou coligações de agentes que objetivam realizar interesses específicos (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Neste sentido, a cadeia de produção imobiliária é aqui entendida, enquanto rede ao considerar as articulações locais de agentes responsáveis pela dinâmica da cidade e, sistema enquanto possuidora de uma determinada hierarquia de poder. A título de exemplo, dentre as articulações mais simples identificadas a partir da ação dos diversos produtores do urbano estão “as coligações entre o Estado e os agentes sociais excluídos, o Estado e as empresas incorporadoras/construtoras, os agentes sociais excluídos e os proprietários fundiários o Estado e os proprietários fundiários”. Trindade Júnior (1998, p. 32).

É essa articulação entre os agentes que faz com que a cidade passe a ser (re)produzida sob novas lógicas capitalistas e inserir-se em um novo processo de (re)produção e acumulação do capital. Repleto de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, esses agentes são portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

A noção de produção do espaço nos obriga a considerar os vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução da sociedade e toda sua complexidade. Essa obrigatoriedade está em considerar os sujeitos da ação, isto é, os agentes sociais em suas necessidades e anseios vinculados à realização da vida que têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

Tal enfoque aponta para a ideia de que a sociedade ao se (re)produzir, o faz em determinado espaço, como condição de sua existência, ou seja, como necessidade básica dos indivíduos. Assim, ao realizar essa ação, ela (a sociedade)

também produz um espaço que lhe é próprio e que tem uma dimensão histórica com especificidades que lhe são atribuídas ao longo do tempo e em diferentes escalas.

Ao fazer uma abordagem sobre a noção de produção, segundo o ponto de vista analisado por Marx e Lefebvre, Carlos (2012) diz que para se pensar a produção como categoria de análise, na perspectiva de Marx, é necessário antes de tudo, pensar a vida humana, ou seja, a produção enquanto atividade/ação fundamental do humano, ao mesmo tempo em que permite pensá-la circunscrita a um determinado grau de desenvolvimento da história da humanidade. Assim, a produção se define com características comuns, em diferentes épocas, fundada a partir de relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real, porém com suas particularidades em um determinado momento dessa história.

Na perspectiva de Lefebvre, Carlos (2012) vem falar que a noção de produção de espaço adquire uma dupla determinação, isto é, de um lado estão à produção de objetos, produtos, mercadorias e bem como a produção do espaço enquanto condição da reprodução da vida social. Por outro lado, a noção de produção do espaço contempla o processo de subjetivação, ou seja, a produção do mundo da mercadoria com sua linguagem e representação. Ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo, produz igualmente uma consciência sobre si.

Uma das maneiras de avançar nos estudos dos agentes sociais na geografia urbana é tentar examinar as diversas possibilidades de ação desses agentes no espaço urbano. Para tanto, é preciso considerar as diferentes estratégias e práticas espaciais nos quais seguem interesses convergentes ou contraditórios. Nesse sentido, Furini (2014, p. 17) propõe que os agentes podem ser classificados a partir de uma diversidade de *campos de ação* dos quais destacamos alguns:

Intra ou interurbano, quanto ao local a partir do qual age, a cidade, a rede urbana ou o sistema urbano, segundo a escala geográfica;

Individual ou social, segundo o objetivo social e espacial que a ação do agente almeja, ou seja, quais as finalidades envolvidas;

Público ou privado, de acordo com o tipo de iniciativa político-administrativa e a capacidade financeira de que são dotados os empreendimentos;

Ativo ou potencial, em relação à capacidade que os agentes possuem em tornar aplicável suas aspirações;

Intencional ou casual, de acordo com a presença ou não de propósitos - na forma de programas, planejamentos e projetos - nas tomadas de decisão;

Direto e indireto, segundo a forma de participação nas atividades que estruturam ou reestruturam o espaço urbano;

Subjetivo e objetivo, quando se considera a gênese representacional a partir da qual as ações são formuladas enquanto saberes ou quando tomam a forma de práticas, a partir dos saberes gerados;

Regulamentado ou desregulamentado, de acordo com a competência legal da ação e a área de atuação, em que o perfil dos agentes pode ser traçado conforme a legislação em vigor e os quadros profissionais envolvidos.

Os agentes são caracteristicamente aqueles que se enquadram nas situações em que o urbano é identificado segundo o tipo de interdependência entre as cidades. O urbano é o conjunto de diversos segmentos (vetores) nos quais se destacam aqueles impulsionados por agentes que promovem uma prática urbana em que, mesmo que ocorra em alguma cidade, sua matriz pode estar em um nível distinto ao da cidade considerada. Assim, segundo Furini (2014 p. 18), o urbano pode “fazer parte de um conjunto de ações a partir da articulação de diversas cidades. Redefinem-se formas e funções segundo outra força, a urbanização”.

A cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da relação do homem com o meio. Ou seja, um produto das múltiplas formas de articulação entre seus agentes e a ação destes no espaço. Assim, é preciso pensar a cidade enquanto condição e reflexo das práticas dos agentes produtores do espaço urbano. Deste modo, entende-se que refletir sobre a cidade trata-se de pensa-la muito além do conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, mas através da aglomeração de distintos interesses que ora se articulam, ora se conflitam, estabelecendo nexos próprios dos agentes que produzem estes espaços.

Em uma perspectiva da geográfica não há um único jeito de se pensar a cidade, por isso para se tiver uma melhor compreensão é necessário fazer uma reflexão em sua dimensão espacial, isto é, enquanto realidade material. A cidade precisa ser pensada enquanto uma construção histórica no qual a mesma aparece como trabalho materializado, ou seja, um “produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao

mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana" (CARLOS, 2007, p. 20).

No que concerne ao processo de produção, Carlos (2007) menciona que a análise espacial da cidade revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto. A sociedade, portanto, produz/reproduz um espaço através das práticas socioespaciais. Nessa direção, a produção do espaço se abre para a reprodução e sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade.

Compreende-se que no último decênio, as intensas transformações em nosso país movimentaram não só as estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais, mas também as estruturas espaciais e territoriais. Desse modo, pode-se dizer que entre essas mudanças, a grande transformação aconteceu nas cidades. A reestruturação urbana em curso avança na imposição de um modelo de cidade que segue a tendência do desenvolvimento urbano latino-americano, que são os novos produtos imobiliários e os novos artefatos urbanos que ao se materializar reestruturam a cidade dotando-a de uma nova estruturação urbana, porém com áreas segregativas.

Dentre os novos artefatos urbanos – que se configuram como processo de "modernidade" está, por exemplo, os condomínios e loteamentos fechados, as torres residenciais e os próprios conjuntos habitacionais da periferia. Tais empreendimentos se configuram nas novas paisagens urbanas as quais apresentam uma clara especialização social, econômica e funcional, com expressiva redução da diversidade urbana em nossas cidades. Deste modo, o padrão de urbanização que os pesquisadores julgavam ultrapassado desde 1970 estão sendo reproduzidos nas novas zonas residenciais.

A dinâmica da produção do espaço e das reformas urbanas tem apresentado um processo intenso e ao mesmo tempo desigual de valorização do solo associado ao crescente lançamento de novos produtos imobiliários cuja instalação no espaço urbano tem sido acompanhada por mudanças significativas na forma de produção do espaço e de estruturação das cidades. Assim, "os efeitos desses processos sobre a organização espacial das cidades revelam momentos e formas distintas de articulação dos agentes produtores da cidade" (CAMPOS *et al*. 2014, p. 15).

Nessa perspectiva, o espaço urbano deve ser compreendido como um produto histórico resultado de uma série de gerações que, através de seu trabalho social acumulado, acabou por modificar, humanizando-o, ou seja, as ações dos agentes tem tornado o espaço cada vez mais distante do meio natural. Essas transformações no espaço urbano são resultantes da articulação da sociedade que, ao reproduzir-se, imprime na organização espacial e na paisagem urbana sua marca correspondente, isto é, os espaços de consumo.

Os espaços de consumo são cada vez mais comuns nas cidades. Com a presença de equipamentos (shopping centers, hipermercados, lojas de departamentos), geralmente construídos em áreas longínquas, para direcionar, de forma tendenciosa, o crescimento da cidade e consequentemente valorizar o solo no entorno destes empreendimentos. Estes "megas" equipamentos tornam-se paisagens reduzidas à sua própria imagem, ou seja, modelam a paisagem, mas não resultam das características físicas, culturais e sociais do lugar, pois são independentes. Estes espaços são denominados "espaços de consumo" para o "consumo do espaço".

A cidade vai se modificando e ao mesmo tempo se atualizando de acordo com o interesse dos diferentes atores sociais. Assim, a cidade deve ser pensada enquanto condição e reflexo das práticas dos agentes produtores do espaço, ou seja, é necessário pensá-la como um espaço disputado, repleto de interesses e contradições que ora se articulam, ora se conflitam. Assim, o espaço é disputado não somente no processo de constituição dos novos produtos imobiliários, mas também mediante a apropriação da terra urbana que, de um modo geral revela a lógica de reestruturação do capital imobiliário ao longo do tempo e de sua materialidade mais evidente, a cidade.

Nas cidades brasileiras, a distribuição da renda da terra urbana se dá de forma desigual. Botelho (2005, p. 26) a renda da terra "é uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora e que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários". Essa apropriação ocorre devido ao privilégio que os mesmos exercem sobre a propriedade da terra, o que ocasiona as desigualdades. Essa disparidade é resultante da participação dos diferentes agentes sociais, uma vez que possuir e/ou investir na compra de terra urbana, na atualidade, é sinônimo

de lucro. Deste modo, a participação dos agentes sociais e suas inter-relações são fundamentais para ocorrer essa articulação entre os “donos da cidade”.

A partir dos anos de 1960, houve um aumento na discussão da importância da produção imobiliária nos estudos urbanos. Esse novo campo de pesquisa serviu para consagrar os promotores imobiliários como importantes componentes da produção social do espaço urbano. A partir de então, surgiram várias teorias explicativas em torno da atuação destes agentes, dentre os quais estão à teoria explicativa do lugar, da indústria, da construção e da produção imobiliária no contexto geral de acumulação capitalista. Soares (2005) considera teoria a promoção imobiliária como um “circuito secundário do capital” no qual esta atuaria em períodos de crise, como um refúgio aos investimentos capitalistas, isto é, ficaria encarregada de buscar posições “seguras” em momentos de redução das taxas de lucro das atividades, exclusivamente, capitalistas.

No que se refere às articulações dos agentes vinculados à produção imobiliária, faz-se necessário compreender a lógica dessa produção para então delimitar as funções dos seus agentes e, como acontece às coligações entre eles. Os agentes econômicos responsáveis por dinamizar o sistema capitalista de acordo com sua atuação assumem significados distintos sendo assim, os “fracionadores” recebem “incrementos na renda” sobre a base das melhorias, os “financistas” proporcionam “capital-dinheiro em troca de juros”, os promotores fundiários recebem “renda”, os “construtores” recebem os “lucros das empresas” e o “Estado” pode usar os “impostos” presentes ou futuros como respaldo dos investimentos que o capital não pode ou não quer empreender.

Percebe-se com isso, a diversidade que o capital exerce entre os próprios agentes produtores do espaço, mesmo com interesses comuns os agentes agem e atuam de maneira distinta e, acima de tudo com uma disputa acirrada entre eles, ou seja, para quem detém maior lucro nesse processo de compra e venda. O espaço urbano está em constante transformação, nessa perspectiva o capital exerce a função de (re)estruturador, pois edifica nas cidades uma nova estrutura. A cidade, por sua vez, segue a lógica de acumulação/circulação de capital. O termo “reestruturação” é empregado então, para explicar as mudanças que afetam a organização interna, os padrões de localização dos grupos sociais e das atividades no espaço das cidades.

O que se tem percebido é que essa reestruturação tem sido proposital, onde obras e investimentos são direcionados, pelo poder público e/ou pelo mercado imobiliário, para localidades, geralmente, mais distantes do centro, seguindo a tendência de uma ampla valorização da terra urbana naquela área. Nesta perspectiva, o espaço urbano é considerado lócus da produção capitalista e as obras e/ou equipamentos nele implantados revelam-se de suma importância para o processo de reestruturação das cidades. Assim, os territórios das cidades assumem novas configurações, com novas lógicas que garantem a velocidade da reprodução e as diferentes operacionalizações capitalistas (SILVA, 2008).

No espaço urbano, cada parcela da terra possui um valor e uma localização própria em relação à cidade como um todo. Sendo assim, as localizações ou empreendimentos com maior acessibilidade ao sistema urbano são as que possuem mais valor. Assim, como se pode imaginar o Estado é decisivo em tal diferenciação, uma vez que é o principal executor de infraestrutura urbana, que é o fator fundamental para definir a acessibilidade e, assim como valor da terra.

No entanto, a intervenção do Estado não atende ao interesse coletivo como deveria ser. É nítida a “atenção” conferida a algumas áreas na cidade, geralmente esses serviços são realizados nos bairros onde se concentra a população de maior poder aquisitivo. Essas benfeitorias promove ao final da cadeia, uma elevação no preço da terra em áreas específicas, uma vez ao levar serviços de infraestrutura, pavimentação, praças ou parques para bairros mais nobres o poder público acaba que promovendo uma diferenciação entre as classes sociais.

Essa valorização diferenciada origina um mercado imobiliário informal, restrito que impede o acesso de grande parte da população de baixa renda a fazer parte desses espaços urbanos mais valorizados. Este fator provoca a segregação espacial, pois aqueles que ficam de fora desse mercado tendem a ocupar áreas de baixo valor fundiário como periferias, que no geral, recebem pouco investimento do poder público. Deste modo, a formação de um mercado informal de acesso a terra, em áreas sem interesse para o mercado imobiliário tornou-se um dos traços mais marcantes da urbanização brasileira. Nesse sentido, pode-se dizer que a urbanização é composta por duas fases opostas resultante da mesma dinâmica, ou seja, da maneira como ocorre a valorização da terra e a apropriação diferenciada desta por diferentes camadas sociais.

Ao fazer uma análise das concepções de Marx, sobre o papel dos terrenos urbanos para construção, Botelho (2005) fala que a renda da terra urbana tem seu correspondente na cidade e, é elevada pelo rápido crescimento da população e pela consequente necessidade de habitações. Outro fator decisivo para o aumento no preço do solo urbano é a implementação do capital fixo incorporado a terra, como edifícios, ruas, estabelecimentos comerciais e fabris, dentre outros. Ou seja, são os artefatos produzidos pelas intervenções humanas que dão “valor” e forma à cidade. Deste modo, nas grandes cidades o que constituiria o objeto principal de especulação imobiliária não seria o imóvel em si, mas a renda fundiária cobrada pelos proprietários.

O solo urbano, como resultado da sua incorporação à dinâmica da cidade, adquire um valor e se diferencia dos demais, uma vez que representa o acúmulo desigual de trabalho social no espaço dentre os quais estão à infraestrutura, espaços de lazer e de consumo, equipamentos públicos de modo geral. A mercadoria espaço é, no entanto, produzida tanto histórica, quanto socialmente e, por isso “seu valor de troca é determinado pela constante possibilidade de transformação do seu uso, de construção/destruição/reconstrução dos moveis e infraestruturas” (VOLOCHKO, 2015, p. 100).

São estas construções, isto é, modificações socioespaciais que fazem com que o solo urbano esteja sempre em destaque no mercado. Desde modo, a retenção da propriedade fundiária tornou-se um comércio, pois o solo urbano nunca perde seu valor, a própria desvalorização do espaço abre caminhos para mudanças futuras de valor de uso e/ou de troca com futuras valorizações.

No meio urbano, a renda da terra pode assumir a forma do preço da terra (renda capitalizada) ou pode ser inserida no aluguel cobrado nos estabelecimentos residenciais, comerciais e financeiros. Nesse sentido, o Estado assume um papel ativo para a formação da renda fundiária, pois a concessão de serviços básicos como água, energia e/ou terrenos para prestação de serviços (transporte) é uma forma de cobrança de renda fundiária pelo poder público.

Ao levar outros serviços que também estão sob sua responsabilidade, como os planos de revitalização urbana em certas áreas da cidade, fornecimento de financiamento para a compra da moradia e a construção de moradia para a

população de baixa renda, dentre outros, o Estado passa a ser um importante agente influenciador no mercado imobiliário da cidade.

Em Rio Branco, exemplos da influência do Estado atuando como agenciador no processo de especulação imobiliária é bastante visível, temos como exemplo, benfeitorias instaladas próximas a empreendimentos como Havan, Makro, Atacadão. O poder público atua ainda na criação de leis para o parcelamento do solo nos denominados loteamentos fechados, como Ecoville Rio Branco, Alphaville, dentre outros também localizados em bairros próximos a Via Verde. Essa Via é parte da BR-364 que foi revitalizada e tornou-se uma importante alça viária de acumulação que acendeu a economia e a valorização imobiliária local. Nessa porção da cidade é nítida a forma de produção do espaço fomentada pelo Estado ao se articular com os promotores imobiliários, que será tratado no capítulo quatro. Pode-se identificar através destas ações que o Estado atua através de coligação e articulação compactuando interesses econômicos e imobiliários.

A produção de moradia para grupos sociais excluídos na cidade também é outro forma de atuação do poder público em Rio Branco. O Estado em um grande projeto retirou várias famílias que residiam em áreas de vulnerabilidade ambiental (enchentes e escorregamento) e, alocou em uma área regularizada, mais precisamente no projeto habitacional denominado “Residencial Cidade do Povo”. Assim, ao construir moradia popular ou facilitar o financiamento para a aquisição da casa própria, o Estado abre espaço para a atuação do mercado imobiliário, que age em duas frentes de atuação tanto na construção moradias populares, quanto na incorporação, financiamento e comercialização.

Compreende-se que, o papel do Estado é fundamental para frear os obstáculos ao investimento do mercado imobiliário sem colocar em destaque a existência da propriedade privada do solo ao possibilitar concessões. Tais mecanismos podem ser representados por vários meios, seja pela legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, pelo direcionamento de investimentos públicos, dentre outros. Deste modo, estes são mecanismos que garantem a participação do Estado na valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário em particular e, do próprio capital de modo geral.

Segundo Carlos (2012), cada fração do capital atua segundo sua lógica e, em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é

fundamental para desencadear um processo de revalorização/desvalorização dos lugares. O setor financeiro, por exemplo, trata o espaço como um lugar possível de investimento e oportunidade, ao passo que o setor imobiliário trata de reproduzir o espaço na condição de mercadoria consumível.

Nesse processo é possível pensar o espaço como mercadoria, isto é, como consequência de sua produção, na totalidade da produção social capitalista. No capitalismo, a produção se expande tanto espacialmente quanto socialmente - no sentido que adentra toda a sociedade - fato que permite que todas as atividades incorporadas ao homem sejam redefinidas sob a lógica do processo de valorização do capital.

Assim, a produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria, até mesmo o próprio espaço. O espaço-mercadoria se apresenta para sociedade como um valor de troca, destituído de seu valor de uso. Nessa condição, o uso é subjugado como meio da realização da vida social, bem como às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para reprodução social.

A partir da década de 1990 através da análise de alguns processos de reestruturação urbana foi possível identificar que as cidades passaram a ser “vendidas” de modo semelhante. Essa análise suscita que, ou melhor, sugere que o espaço das cidades se realiza enquanto um produto social, ou seja, uma mercadoria (SÁNCHEZ, 2001).

Portanto, as transformações nas cidades indicam que o processo de mercantilização do espaço urbano atinge outro patamar proveniente do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização. Assim, o mercado de cidade, como um fenômeno recente, tem mostrado a importância cada vez maior do espaço para o capitalismo.

1.2 - O mercado de cidades e o marketing urbano

A nova inspiração e/ou estratégia encontrada pelo capitalismo é a compra e venda de parcelas do espaço para a construção da cidade-mercadoria. Essa dinamização permite que novos espaços e relações espaciais sejam produzidos constantemente. Esse processo, no entanto, acontece sob a égide do poder político

dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana, bem como através da construção de imagem da cidade, com o intuito de vendê-la para inseri-la no mercado. Deste modo, como a cidade é uma mercadoria especial com estratégias especiais de promoção. A esse respeito, Sánchez (2001, p. 34) destaca que, “são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação”.

Compreende-se, então, que as imagens-sínteses e os discursos são estratégias usadas pelo poder público para fortalecer o governo, já que as cidades são tidas como de interesses de todos. As imagem-sínteses são construídas de várias maneiras, seja através de símbolos, *slogan* ou mesmo discurso auto afirmativo usado pelos políticos. Estas por sua vez permitem a identificação do lugar e marcam e até mesmo caracterizam um governo vigente. Na cidade de Rio Branco, a partir da chegada da Frente Popular do Acre-FPA no Executivo estadual vários foram os momentos em que o governo materializou obras de intervenção espacial para renovação urbana na busca de reafirmar uma identidade nas pessoas. Essas imagem-sínteses são observadas no *slogan* do governo, nas inúmeras bandeiras do Acre distribuídas nos espaços públicos e ruas na cidade.

A cidade também pode ser vista numa abordagem do campo simbólico, no qual se trava a luta política pela imposição, mediada por conflitos e tentativas de construção de hegemonia. Nesse sentido, é preciso destacar a importância de se pensar as lutas simbólicas, já que este tema pode se tratar de questões políticas fundamentais na compreensão daqueles movimentos para a reconstrução de lugares, no que se refere à relação dialética com os processos materiais de modernização urbana (SÁNCHEZ, 2001).

Para a autora, as lutas simbólicas não são simplesmente mera expressão das relações de poder, elas atuam ou perpassam também o campo das práticas materiais. Todavia, as práticas materiais associadas à modernização dos espaços da/na cidade não se infligem facilmente, isto implica dizer que para a legitimação de projetos que esteja associado à modernização, por exemplo, a construção de vias, parques ou praças depende de estratégias discursivas e retóricas que parecem centrais.

O discurso é uma forma de ação sobre o outro, este, não é apenas uma linguagem verbal, mas também rituais, eventos públicos e imagens da cidade. As imagens são produzidas intencionalmente e, agem sobre as representações daqueles que a recebem, por isso é uma forma de expressão visual e verbal. Para a autora, o discurso sobre a cidade é uma construção material e simbólica. Material no sentido de obras que requalificam o urbano, e simbólica no sentido do civismo urbano, da identidade de seus moradores e da sua identificação com o lugar. Percebe-se, então, que os discursos sobre a cidade têm o objetivo de modificar sua imagem e construir novas "imagens de marca" das cidades "re-inventadas" (SÁNCHEZ, 2003).

A palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais. Assim, conceber a palavra como um produto de mudanças sociais significa conceber os sistemas ideológicos como meros princípios dominadores e centro de manipulações. Bakhtin (1981, p. 40) destaca que "as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios".

Entende-se então que a palavra se apresenta com essa forma do exercício do poder e, portanto, se torna a maneira mais eficaz para intervir nas relações sociais por meio de uma enunciação interior, ou seja, uma ideologia. Isso porque a palavra é carregada de um teor discursivo persuasivo que tenta convencer o outro a aceitar a sua ideia como aceitável e a mais apropriada para o meio social. Ao se tratar de um grupo social não podemos esquecer que estes atores são dotados de discursos sociais, isto é, a comunicação socio-ideológico. Nessa direção, os atores vão defender suas ideias e concepções de mundo de acordo com seus próprios interesses com o intuído de cooptar sua ideia sobre o outro.

Existem vários modos de se representar a cidade e as intervenções espaciais, além de ser uma dessas formas, é também o discurso em ação. Ou seja, expressões materiais de uma concepção de cidade. Sobre as intervenções espaciais, Paies e Berdoulay (2008) destacam o que ocorreu em Salvador (BA) a partir de 1991 quando teve início um intenso projeto de recuperação do Centro Histórico. Este programa visava proteger e valorizar o patrimônio histórico cultural e, acima de tudo, acender a economia de Estado "vendendo" a imagem de um novo

produto turístico. Entre as etapas do programa vários prédios foram revitalizados mantendo a identidade cultural baiana assim como suas tradições.

Em um contexto de intensa competição urbana no mercado global, a imagem se torna estratégica na luta para atrair capital, pessoas, empresas e até mesmo estratégias usadas para atrair o imaginário das pessoas é um fator decisivo para "vender a cidade" e sua participação. A cidade deve ser apresentada não como um ideal, mas pelo menos com as melhores características para viver bem, para produzir, para competir, dentre outros.

Amendola (2000, p. 292) destaca que *"con este propósito, tiene que seducir, convencer tanto emocionalmente como discursivamente".* Ou seja, na luta para vender a imagem da cidade não se vale apenas de estratégias do campo estético, mas também de apresentar argumentos plausíveis capaz de convencer o outro. Essa estratégia é muito utilizada pelo poder público quando quer vender ou apresentar uma imagem de projeto na cidade e, pelo mercado imobiliário na divulgação dos seus empreendimentos.

As imagens-síntese oficiais são aquelas que se impõem como dominante em cada cidade onde opera um projeto de modernização urbana definida e explicitada. Ou seja, esta forma de discurso não deixa margem para dúvidas ou interpretações diversas sobre a informação que veiculam e muito menos não oferecem alternativas à sua decodificação (SÁNCHEZ, 2001).

As cidades para fazer parte do mercado entram num verdadeiro clima de pressão, isto é, existe certa cobrança que confere as cidades a ficar em um constante ciclo de produtividade e competitividade. Isso implica dizer que, as cidades passam a competir umas com as outras para atrair novos investimentos, novos moradores, mais turistas, para gerar mais receita e movimentação de capital.

Se antes o debate, sobre as cidades ficava entorno apenas do crescimento urbano desordenado e movimentos sociais, na atualidade surge uma nova problemática: a da "competitividade urbana (tanto de espaços quanto de cidades), tendo o *marketing* urbano um papel estratégico nas territorialidades adjacentes a este processo" (ALMEIDA e ENGEL, 2017). Essa nova questão urbana, ou seja, as formas de planejamento estratégico foram inspiradas em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial que são adotadas pelos governos locais em

“razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (VAINER, 2000, p. 76).

Uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos é considerar a cidade como mercadoria. Sendo mercadoria, a cidade passa a ser vendida num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Esta dinamização explicaria o que o chamado *marketing urbano* se atribui cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. Assim, as cidades - mesmo nos seus mais convictos vendedores, incluem-se aqui os próprios prefeitos - é certamente a mais complexa de todas as mercadorias já existente (VAINER, 2000).

Diante do exposto surge então a seguinte indagação, o que se vende quando se põe à venda uma cidade? Compreende-se que a resposta a essa pergunta é tão complexa quanto à própria ideia de vender a cidade. No entanto, os atributos a serem vendidos são os mais diversos possíveis e depende do interesse dos compradores. Assim, todas as formas de parcelamento do solo para qualquer tipo de construção (parques, comércio e moradia, dentre outros) uma forma de venda da cidade (VAINER, 2000).

A cidade também pode ser vendida através da difusão da imagem de cidade ou de locais para moradia seguras, como as observadas nos anúncios de venda empreendimentos de residência. Assim, nas cidades conhecidas pela violência como Rio de Janeiro, por exemplo, há entre os estrategistas a preocupação quanto à venda, já que o diagnóstico apresentado pelo plano estratégico aponta como um dos principais problemas da cidade, o grande número de moradores de rua, miséria que se associa ao problema paisagístico e/ou ambiental, dentre outros.

O problema da violência urbana é uma realidade da maioria das cidades brasileiras, inclusive das cidades médias como Rio Branco. Esse índice de criminalidade, não faz parte apenas da capital, mas também tem atingido os municípios, no entanto, devido à densidade demográfica na capital ser maior, os números de mortes violentas entre membros de facções rivais que chegou a todo Estado têm gerando um clima de insegurança na população. O aumento da violência faz com que quem tem maior poder aquisitivo procure residir em locais que além de conforto e privacidade, lhe proporcionem segurança.

Não fica difícil entender porque a proposta de todos os planos estratégicos serem tão idênticas seja qual for à cidade. Assim, quando a cidade se torna uma mercadoria, ela passa a ser divulgada amplamente para ganhar maior valor financeiro de mercado exigindo a ampliação de um ciclo de novidades a esses produtos. Os atributos locacionais de qualidade urbana devem ser ordenados em arranjos próprios para cada tipo de “mercado de cidade”, isto é, haveria várias cidades para serem “vendidas” de acordo com os diversos mercados, tais como mercado cultural, financeiro internacional, de turismo urbano, das multinacionais, dos organismos internacionais ou de consumo de alto padrão.

Transformar as cidades em mercadoria indica que o processo de mercantilização do espaço atingiu outro nível através do produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual (SÁNCHEZ, 2001). A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, além de destacar a importância cada vez maior do espaço no capitalismo, evidencia a produção global do espaço social.

Para vender os atributos existentes em uma cidade não basta oferecer os recursos de infraestrutura necessário, acima de tudo é necessário ter um plano estratégico, ou seja, uma grande operação de *city marketing* para vender o “produto”, isto é, a imagem da cidade. Vainer (2000) destaca que todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades. Assim, o mercado externo é marcado pela demanda de localizações do grande capital, que qualifica a cidade como mercadoria. Para Sánchez (2003), a city *marketing* consiste na manipulação de padrões comportamentais dos públicos seletos, a tal ponto que este passa a interferir diretamente nas decisões locacionais das empresas de consumos ou nas decisões relativas a destinos de viagem.

A essência do *marketing* é a busca excessiva pela criação de mercados, tanto novos quanto os já consolidados, esse fato gera relacionamentos e vínculos mercantilizados através de produtos comercializáveis. O *marketing* utiliza um conjunto de técnicas singulares que permite a possibilidade de trocas entre os indivíduos, sendo essas permutas mediadas pelo capital. Esses câmbios mercadológicos, no entanto, não são feitos unicamente entre instituições, mas

também com a sociedade, que é uma parte muito importante neste processo como um todo, uma vez que é a partir de sua demanda de necessidades que os articuladores do *marketing* se posicionam e estabelecem as estratégias que irão utilizar em um determinado mercado (ALMEIDA e ENGEL, 2017).

Um agravante para a não venda da mercadoria cidade, para o grande capital, é a pobreza urbana e a marginalização. Estes indicadores condicionam ou influem consideravelmente nas decisões dos agentes econômicos na atratividade da cidade e consequentemente na compra desta mercadoria. Assim, pode-se dizer que em todos os sentidos, tanto do ponto de vista concreto (infraestrutura, subsídios, favores fiscais, apoio institucionais e financeiros) quanto ao ponto de vista da imagem, não resta dúvida, a mercadoria cidade tem um público específico e qualificado (VAINER, 2000).

Nesse sentido, Almeida e Engel (2017, p. 92) destacam “se o *marketing* tem relação direta com a venda e logística de produtos, é sensato também afirmar que a sociedade a qual o conceito se refere é aquela que tem maior poder de compra”. Desta forma, o problema da aplicação generalizada da ideia de criar cidades ou espaços modelos é que os interesses coletivos ficam em segunda instância em comparação com os interesses privados hegemônicos. Nessa perspectiva, a cidade acaba sendo não apenas uma mercadoria, mas também e, sobretudo, uma mercadoria de luxo destinada a um grupo de elite de potenciais compradores e investidores tais como o capital internacional, visitantes e usuários solváveis, isto é pessoas que têm recursos para pagar por algo.

O mundo da mercadoria se desenvolve sob as novas formas, dentre ela, a mercadoria-espaço, fato que interfere significativamente na prática socioespacial, devido à contradição ocasionada pela dupla determinação do trabalho social que produz o espaço no capitalismo (CARLOS, 2015a). Assim, a produção do espaço como mercadoria se efetua em dois níveis, mediante a produção da habitação, no qual esta mercadoria é intercambiável pelo mercado imobiliário e, através da própria produção da cidade pelo trabalho social, que por sua vez está presente e acumulado ao longo da história.

A materialidade do espaço assume interesses diversos tanto para o capital quanto para sociedade. No primeiro caso, a materialidade do espaço é o suporte do valor de troca, ou seja, a forma como a natureza, pela extensão do processo de

reformas urbanas estabeleceu o espaço como produto imobiliário e como rede de infraestrutura, articulando o público e o privado numa morfologia diferenciada socialmente. Para a sociedade, a materialidade do espaço é obtida quando há uma possibilidade de através dos usos ou parcelamento do solo alcança-se uma das formas de “realização da vida”, isto é, a casa própria.

A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento vive tornou-se ao longo do tempo estreitamente ligada a acumulação do capital, até o ponto em que se tornou difícil distinguir uma da outra (HARVEY, 2011). Sendo o espaço uma condição da realização do processo produtivo, unido aos atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, este se produz como materialidade, ou seja, através de infraestrutura viária, rede de água, energia etc. O espaço guarda o sentido do dinamismo, isto é, o sentido das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu contexto mais amplo, a realização da vida para além da sobrevivência. Os fundamentos da produção contemplam uma especificidade histórica, atualmente explicita como uma produção capitalista.

O capitalismo só se realiza quando produz um novo espaço, ou seja, precisa estar em constante dinamização e sob as exigências da acumulação e estratégias dos agentes transformadores do espaço, em diferentes campos políticos e arranjos territoriais à escala mundial. Sánchez (2001, p.33) menciona que na produção deste espaço atuam agentes e interesses conjuntos nos mais diversos campos políticos e arranjos territoriais para cada caso específico. Deste modo, “sujeitos, instituições, práticas e produtos circulam, de maneira relacionada, no âmbito de diferentes mercados e símbolos”. Assim, os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro e, isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas.

Em Rio Branco, na atualidade, essas estratégias capitalistas de produção do mercado de cidades são perceptíveis através da atuação de proprietários imobiliários em coligação com o poder público. O Executivo municipal, nos últimos anos reformulou um novo Plano Diretor e aprovou leis de parcelamento do solo, que de certa forma facilitam o capital financeiro e mobiliário na construção de moradia para população de maior poder aquisitivo. Assim, o produto habitação converte-se em um excelente negócio: o mercado de cidade.

A análise do mercado de cidade permite identificar a produção, circulação e troca de bens materiais perante a produção, circulação e troca de imagens, linguagens publicitárias e discursos (SÁNCHEZ, 2001). O mercado de cidades é movido e ao mesmo tempo movimenta outros mercados. Neste aspecto, a autora menciona alguns tipos de mercados tais como:

a) Mercado para empresas com interesses localizados: na quais empresas e corporações avaliam, cuidadosamente, pequenas diferenças entre lugares antes de tomar qualquer decisão quanto à localização.
b) Mercado imobiliário: neste tipo de mercado a crescente movimentação do capital imobiliário faz com que haja fluidez no agenciamento entre as operações e conta com a participação de investimentos internacionais.
c) Mercado de consumo: a consagração e circulação de imagens de “cidades-modelo” tende a agilizar os fluxos de consumo tanto interno, isto é, trata-se de espaços “renovados” e de mercadorias, quanto externo, que estão inclusos os visitantes, consumidores de serviços especializados.
d) Mercado do turismo: está muito relacionado o mercado de cidades e, através desta relação, constroem suas segmentações e grupos-alvos no mercado, como o próprio turismo urbano, turismo cultural e turismo de compras.
e) Mercados das chamadas “boas práticas”: trata-se das agências multilaterais, no qual estão inseridos os objetivos técnicos, têm subentendidos interesses político-ideológicos na promoção e difusão internacional de imagens de “cidades-modelo”.
f) Mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas: aqui os atores locais como prefeitos, por exemplo, constroem seus projetos políticos mediante a projeção e reconhecimento de sua atuação.

Como mencionado em outro momento, é então compreendido que, a fase atual do capitalismo só se realiza quando produz um novo espaço e na produção desse novo espaço operam agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos.

A análise do mercado de cidade permite identificar além dos agentes sociais responsáveis pela transformação do espaço, permite identificar uma relação de troca existente entre a produção, circulação e troca de bens materiais junto à produção, circulação e troca de imagens, linguagens publicitárias e discursos. Ou seja, o que

se percebe é certa “dependência” ou troca de interesses em que o mercado de cidades é movido e ao mesmo tempo movimenta uns aos outros.

O espaço produzido como mercadoria, totaliza e submisso às relações sociais, orienta a apropriação, pois institui a relação público/privado, isto é, o dentro e o fora (CARLOS 2015a). Ao passo que delimita e organiza a vida, constituindo-a na articulação entre formas de apropriação diferenciada e totalizadoras das histórias de modo geral, ou seja, tanto das histórias particulares quanto coletivas.

Ao questionar se desde sempre a cidade teria sido produzida como negócio, Alvares (2015) destaca que só é possível encontrar suas determinações, em cidades a partir dos processos mais gerais de reprodução do capital. Assim, a cidade no capitalismo e, principalmente a partir da expansão da produção industrial passou cada vez mais a ser produzida como mercadoria, isto é, em fragmentos, por meio do trabalho nela estabelecido, no qual adquire “valor de troca e valor de uso” e, assim como meio de circulação e, consequentemente, realização do capital.

Ao analisar a concepção de “valor de uso e valor de troca” através do mundo, Harvey (2013) faz menção a Marx e atribui esta alusão como uma forma de apropriação da natureza pelo homem com o intuito de satisfazer suas vontades e necessidades. A apropriação é um processo material que é incorporado nas ações de produção e consumo. Deste modo, quando se trata de produção de mercadoria, os atos de produção e consumo são sempre separados pela troca.

O lado material das mercadorias é notado em sua relação com os desejos e necessidades humanas, isto é, pelo seu valor de uso. O valor de uso pode ser visto através de dois fatores, o da qualidade e o da quantidade. A mercadoria adquire qualidade que são inerentes aos diferentes tipos de desejos e necessidades humanas como, por exemplo, a necessidade de alimentação ou moradia. Na mercadoria enquanto aspecto quantitativo, os valores de uso estão sempre intrínsecos, uma vez que para a produção de qualquer produto existe uma demanda de força de trabalho, matéria-prima e instrumentos de produção.

Já o valor de troca de uma mercadoria não pode ser entendido sem se analisar a natureza do “dinheiro” que faz com que o valor de troca seja, inequivocamente, expressado como um preço. O dinheiro é, portanto, uma mercadoria. Sendo mercadoria, o mesmo não é posto por uma mera convenção. Desse modo, a mercadoria dinheiro é “produzida no curso da história por um

processo social específico – a participação nos atos de troca – que tem de ser entendido se quisermos nos aprofundar na lógica interna do sistema de preços" (HARVEY, 2013, p. 60).

Na lógica do capital toda forma de produção é transformada em mercadoria. A mercadoria então, se realiza tanto pelo valor de uso quanto pelo valor de troca, porém há que se considerar o predomínio do segundo sobre o primeiro à medida que o valor de troca orienta e submisso às relações sociais. Na atualidade, em decorrência da generalização do mundo da mercadoria, pode-se considerar que a cidade inteira está submetida ao valor de troca, inclusive o próprio espaço, que foi transformado em mercadoria.

Em pedaços, o espaço torna-se intercambiável, ou seja, o mesmo pode ser comercializado de forma diferente sem que o resultado seja prejudicado a partir de operações que se realizam através e no mercado. Nesse sentido, o espaço entra no circuito de troca sendo assim difundido como mercadoria. Esse processo segundo Carlos (2015b) ocorre porque o capital desenvolveu o mundo da mercadoria e com isso criou possibilidades reais para a extensão tanto da propriedade privada no/do espaço quanto para expansão das atividades econômicas para sua realização. A mercadoria espaço realiza-se, entretanto, nos limites e fissuras da propriedade privada do solo, uma vez que o acesso da população mais carente a propriedade privada sempre é algo distante.

Ao se pensar a cidade como mercadoria e como um bem intercambiável é preciso entender além da lógica de valorização a mesma é produzida enquanto segregação, ou seja, como expressão da desigualdade. A segregação por sua vez vem a ser conjugada com a "renovação" urbana e com a valorização imobiliária e, portanto, constitui um fenômeno social tão importante para a compreensão das dinâmicas espaciais, (especialmente nas metrópoles) quanto à funcionalidade desses novos centros de negócios que surgem nas aglomerações.

A cidade pensada sob esse viés implica reconhecer a insuficiência da mesma enquanto concentração de negócios e atividades, isto é, torna-se necessário entendê-la no âmbito das determinações mais gerais da reprodução social e do capital, sem deixar de lado o papel da propriedade privada e do Estado, uma vez que ambos constituem elementos fundamentais desse processo. Deste modo, fica evidente que diferentemente de outras mercadorias, a produção do espaço está

relacionada à produção das condições de reprodução da vida, o que coloca a dimensão do uso e da apropriação em evidencia no campo de luta pelo espaço.

Atualmente, não se trata de observar os processos, isto é, as ações que se estabelecem no espaço para qualificá-lo, mas de reconhecer a relevância do processo de (re)produção no cerne das estratégias de acumulação contemporânea. É nesse sentido que a cidade não é tomada meramente como lugar de negócio, mas é, ela mesma o próprio negócio que se realiza a partir da produção e acumulação do espaço urbano.

As atividades do ramo de incorporações são um exemplo da própria produção do espaço urbano, ou seja, como umas das dinâmicas fundamentais que mantem os processos de acumulação. Em fases mais recentes, as incorporações nortearam a indústria da construção para uma configuração renovada. Carlos (2015a) enfoca que na contemporaneidade a sociedade é dominada pelo econômico, a tal ponto que a acumulação se materializa na produção de um espaço mundializado como tendência e realização do capitalismo. Esse processo suscita o que a “necessidade de superação dos momentos de crise se faz pela incorporação de novas produções ao processo de acumulação, dentre elas a do espaço urbano, que se efetiva com a hegemonia do capital financeiro” (CARLOS, 2015, p. 44).

Entende-se que na produção da cidade como negócio o espaço surge como condição necessária ao processo de reprodução do capital, ou seja, este só pode se realizar através de estratégias que o transforme em um algo produtivo. Trata-se, portanto, do capital materializando-se na produção específica do espaço sob a forma de empreendedorismo imobiliário, seja para escritórios ou moradias.

Nesse processo de produção do espaço, o Estado atua diretamente, pois constantemente pode interferir e, geralmente favorecendo a classe dominante. Cada fração do espaço na cidade é então disputada e de interesse de todos, haja vista que a sociedade vê no espaço a condição necessária para a realização da vida. No entanto, há lugares na cidade mais favoráveis para o desenvolvimento das atividades devido a fatores como infraestrutura, vias expressas dentre outros segmentos que pode gerar lucro excedente.

Cada setor fração de capital atua segundo sua lógica, ora se contrapõe, ora se articula para se realizar, sendo que sua finalidade é a reprodução constante. O setor financeiro, por exemplo, trata o espaço como lugar possível de investimento,

ao passo que o setor imobiliário se encarrega de reproduzir, constantemente (o espaço) na condição de mercadoria consumível, isto é, mercadoria fácil de ser vendida. Entretanto, em todos esses momentos da reprodução do capital, a intervenção do Estado é fundamental e a sua ação desencadeia como consequência um processo de revalorização/desvalorização dos lugares.

As abordagens teóricas permitiram tecer uma reflexão sobre como o capital transformou a própria cidade em mercadoria de luxo destinada a um determinado público. E para vender este “produto”, isto é, a imagem da cidade bem estruturada que segue os padrões de alto status é necessária ter um plano estratégico que, os autores chamam de *city marketing*. Deste modo, um novo sentido é atribuído às cidades, ou seja, estas não são tidas como espaço para habitar, mas para se exibir.

CAPÍTULO 2 - MÉTODO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Este capítulo trata do método e dos procedimentos operacionais adotados para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto foi realizado uma breve apresentação do Estado ao Acre em seu contexto mais geral e algumas características do crescimento urbano da cidade de Rio Branco capital do estado.

Pautado no método materialismo histórico e dialético esse capítulo busca nessa corrente de pensamento, uma discussão fundada na realidade imposta pelo modo de produção capitalista. Para compreender como ocorre a produção do espaço em Rio Branco e a atuação de diferentes agentes sociais, entende-se que a pesquisa precisa está ancorada em uma linha de pensamento que corrobore com a produção desigual e contraditória da cidade.

2.1 – A cidade de Rio Branco-Acre

O Estado do Acre está localizado na porção ocidental da região Norte do país, mais precisamente na Amazônia Ocidental, entre as longitudes de 66º38’ WGr e 74º00’ WGr e latitudes 7º07’ S e 11º08’ S. O mesmo faz limite estadual com os Estados de Rondônia e Amazonas e fronteira internacional Sul Leste com a Bolívia e Sul ao Oeste com Peru.

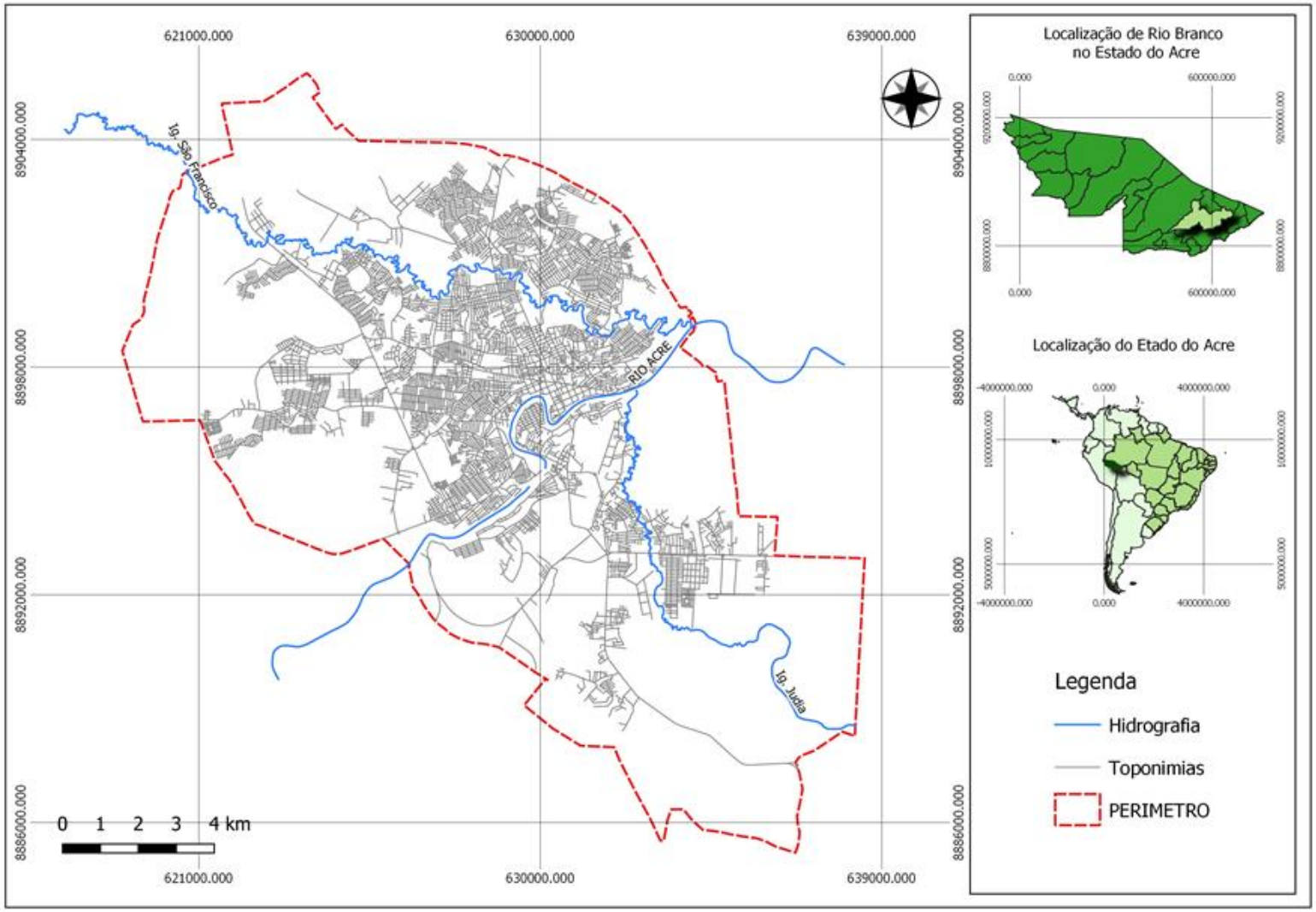
O Estado do Acre é considerado novo, uma vez que em 15 de junho de 1962, através da Lei 4.070, o Território do Acre é elevado à categoria de Estado. O mesmo possui 22 municípios sendo Rio Branco a capital. A capital possui aproximadamente de 336.038 habitantes, sendo o município com maior densidade demográfica do Estado. Desse contingente populacional, 251.584 residem na zona urbana e 22.085 na zona rural de acordo com último censo populacional. Na capital, as principais atividades econômicas desenvolvidas são: administração pública (municipal e estadual) e a atividade informal de comércio e serviços (IBGE, 2010).

O crescimento urbano de Rio Branco se intensificou a partir da década de 1970 no contexto da frente de expansão agropecuária no Estado. Essa frente de expansão fez com que os ribeirinhos expulsos de suas terras viessem para a cidade dando origem aos bairros periféricos e ao processo de invasão-ocupação, uma vez que não podem pagar por um uma casa-terreno. A cidade se desenvolveu sem

planejamento urbano com problemas resultantes desse fluxo migratório e o surgimento de loteamentos clandestinos em locais sem qualquer tipo de infraestrutura ou serviço público.

A necessidade de moradias para atender tanto a classe popular quanto a população de maior poder aquisitivo contribuiu consideravelmente nos últimos anos para o crescimento da área urbana de Rio Branco (Figura1).

Figura 1 – Área urbana de Rio Branco-AC



Fonte: Projeção cartográfica: WSG 84. Dados da Secretaria das Cidades. Elaborado por Dhuliani Cristina. Data: 15/11/2018

O crescimento populacional favoreceu o processo de expansão urbana e outras áreas foram ocupadas dando origem a novos bairros e novas formas de parcelamento do solo urbano. Essas formas de parcelamento do solo tem suscitado a valorização em áreas que outrora despertava pouca relevância para o mercado imobiliário, mas que com o incentivo do poder público nas duas esferas (estadual e municipal) essa parte da cidade tem despertado o interesse e favorecido a apropriação privada do solo, como veremos no capítulo quatro da pesquisa.

2.2- Procedimentos Metodológicos

Na pesquisa científica para se chegar a um resultado é necessário o uso de um método. O "método é uma maneira de obter os resultados, utilizando-se de uma teoria para fundamentar" (ALVES, 2008, p. 229). Assim, sem o uso do método não seria possível fazer uma explicação da realidade e os objetivos proposto pelo pesquisador durante o processo investigativo não seriam alcançados.

O método não deve ser visto como algo estático, cristalizado e muito menos deve ser uma camisa-de-força para o investigador. Esse possui um dinamismo interno de aprimoramento e renovação dado por sua frequente utilização no trato de diferentes fenômenos. Destarte, são as pesquisas nos vários campos da ciência que - ao colocar suas proposições à prova na explicação de novos problemas - alimentam o desenvolvimento de todas as posições metodológicas. Portanto, é "o método que dirige o trabalho das ciências, se retroalimenta desse, num processo de aprimoramento constante" (MORAES e COSTA, 1987, p. 30).

Compreende-se que o método é um instrumento intelectual e racional que auxilia na construção e organização lógica de um trabalho científico e, principalmente auxilia na compreensão do objeto de estudo. Objetivando compreender a produção do espaço urbano na cidade de Rio Branco e suas contradições que materializam e reproduzem os conflitos de ideias, ideologias e diferentes modos de ver o mundo, o método de análise adotado foi o Materialismo Histórico e Dialético.

O método Materialismo Histórico e Dialético foi adotado porque se entende que esse pensamento crítico e radical deve estar fundamentado em uma visão de

totalidade social aberta para a compreensão dos processos, a partir de uma base histórica, material e contraditória, sendo conceitualmente definido como:

> O método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real: "o leitor que quiser me seguir deverá se decidir a elevar-se do singular ao geral" (GOMES, 1996, p. 281).

Esse método não permite a compreensão da realidade a partir da segregação de suas partes, assim só é possível fazer uma análise real mediante um pensamento da totalidade, isto é, entendo o todo. Desta maneira, o entendimento desse movimento contraditório leva em consideração a dimensão espacial e a análise da sociedade como um todo e enquanto processo contínuo de transformação realizado pelos agentes sociais capitalistas envolvidos nesse processo.

O pensamento dialético ao longo da história vem passando por transformações conceituais através de filósofos como Hegel, que formulou os princípios fundamentais da dialética. Porém, a dialética resgatada por Hegel é fundamentalmente subjetiva, tendo em vista que o mesmo não acreditava que pudesse existir uma verdade além ou fora da razão humana, pois todo conhecimento é conhecimento humano (SPÓSITO, 2004).

Com base na leitura dialética de Hegel, Karl Marx e Friedrich Engels vão fazer sua própria crítica e mostrar os limites do idealismo de interpretação da realidade. Para Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento da História. Nessa concepção, a história é a única ciência que deve existir, superando-se a divisão das ciências, que faz com que se tenha sempre uma visão parcial da sociedade.

A partir das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, tem-se a elaboração de uma teoria geral da história das sociedades. Através dessa elaboração, expressou-se uma nova abordagem de apreensão do real, cuja explicação deu origem à metodologia marxista. Para o marxismo, "só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo, só uma visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais e só a inserção no movimento propicia seu entendimento" (MORAES e COSTA, 1987, p. 35).

O marxismo trabalha em três perspectivas: dialética, materialista e histórica. A lógica dialética concebe a realidade enquanto movimento e a contradição como a forma de ser dos fenômenos. Segundo esta lógica, tudo se relaciona no real, sendo que as relações diferem entre si pela intensidade e qualidade. Na postura materialista do marxismo fica evidente que não se pode construir idealmente um objeto. Ou seja, na postura materialista, o objeto não pode ser um constructo mental, uma pura ilação do sujeito. Pelo contrário, ele deve ser uma existência concreta, uma identidade no real. Na análise histórica, o fenômeno só pode ser explicado quando é aprendido em sua gênese e em seu desenvolvimento, ou seja, devem-se buscar as origens do objeto tratado. É nesse sentido que Marx diz conceber apenas a "ciência da história" (MORAES e COSTA, 1987).

Foi através do pensamento marxista de história que possibilitou a elaboração de conceitos (renda absoluta, mercadoria) e de teorias (mais valia), ou seja, "permitiu a mais elaborada leitura do capitalismo como modo de produção historicamente produzido com todas as suas determinações" (SPÓSITO, 2004, p. 44).

O homem ao transformar a natureza com seu trabalho transforma a si mesmo. O movimento auto transformador da natureza humana, na concepção de Marx, não é um movimento espiritual (como em Hegel), mas sim num aspecto material, que abrange a modificação não só das formas de trabalho e organização prática de vida, mas também dos próprios órgãos dos sentidos que passaram mais aguçados, isto é, ficaram mais sensíveis as percepções do mundo (KONDER, 2008).

Objetivando compreender as reformas urbanas e as mudanças, os discursos que se apregoam ao entorno das mudanças na cidade de Rio Branco, buscou-se neste método de interpretação (Materialismo Histórico e Dialético) compreender a dimensão de um momento - para entender o objeto geográfico estudado, a cidade em um dado tempo e espaço. Entendendo que, o materialismo na concepção marxista é tudo aquilo que pode ser observado pela experiência humana em um dado momento histórico.

O caminho metodológico auxilia na compreensão da construção do fenômeno estudado, neste caso a cidade de Rio Branco, o qual teve suas tessituras e as coexistências socioespaciais modificadas, consolidando uma relação dialética no espaço. Portanto, a partir de uma fundamentação teórica e uma contextualização do

fenômeno em estudo, se busca compreender os processos de produção e transformação da cidade na sua plenitude.

Como referencial teórico-conceitual acerca da produção do espaço utilizada nesta primeira parte da pesquisa foram utilizadas as contribuições de: Corrêa (1989, 2011, 2015); Carlos (2007, 2012), Soares (2005, 2011, 2014); Lefebvre (2006); Trindade Júnior (1998); Furini (2014); Lencioni (2008); Campos et al. (2014); Polucha (2009); Silva (2008); Botelho (2005); Volochko (2015); Harvey (2011, 2013); Sánchez (2001, 2003). Nas conceituações e abordagens sobre discurso da cidade e a cidade-mercadoria utilizou-se Sánchez (2003); Almeida e Engel (2017); Carlos (2015a, 2015b); Harvey (2013); Vainer (2000); Bakhtin (1981); Berdolay e Paes (2008). O discurso sobre a cidade é uma forma que os governos locais e os agentes sociais dominantes em associação com a mídia, utilizam para difundir os projetos realizados na cidade.

Na cidade de Rio Branco, esse discurso é perceptível quando o governo anuncia projetos de urbanização como a construção de parques e a revitalização de espaços públicos com o intuito de criar um sentimento de pertencimento e resgatar a identidade do povo acreano e sua identificação com o lugar. Considera-se então, que essas modificações e os discursos utilizados nas gestões da FPA-PT funcionaram, ou melhor, foram bem-vistos para população que reagia de forma positiva, uma vez que esse partido permaneceu por quase 20 anos no Executivo Estadual.

As análises pautadas nesse estudo visam compreender as transformações que tem ocorrido na cidade de Rio Branco como um processo da lógica da produção capitalista do espaço. Entende-se que a produção do espaço em Rio Branco tem sido realizada tanto através das obras o Estado quanto pelos proprietários imobiliários, sendo em ambas as forma de produção capitalista do espaço. O primeiro atuando com obras de embelezamento em pontos estratégicos que culmina na valorização do espaço de forma diferenciada e, o segundo com a produção de moradia de alto padrão que tem sido bastante difundida na cidade, sendo, portanto uma das formas de produção capitalista e apropriação privada do espaço. A construção de conjuntos populares que também é uma forma de produção de espaço é realizada na cidade, nos últimos anos, através dos programas de governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida.

A partir desta perspectiva, a pesquisa está pautada na análise da produção do espaço em Rio Branco, no que diz respeito às obras públicas de embelezamento urbano como revitalizações e construções e nas obras do mercado imobiliário e comercial, como condomínios e loteamentos que também têm assumido a função, de embelezar e modernizar a cidade. Essas mudanças fazem parte do atual contexto do sistema capitalista de transformar o espaço em mercadoria e tornar injusto o seu acesso para as classes menos favorecidas, o que contribui para a difusão de problemas como segregação socio espacial.

Na elaboração da revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, foram levantadas as bibliografias acerca da produção do espaço com leitura em livros, artigos referentes à cidade como um processo da produção capitalista. No processo de sistematização do levantamento da pesquisa bibliográfica, a relação levantada foi organizada por assuntos em: estudos sobre a produção do espaço e sobre a cidade mercadoria tais como “city marketing”; discurso sobre a cidade; reformas urbanas e temas adicionais como crescimento demográfico e violência urbana ambos extremamentes relevantes para compreensão da questão da produção de moradia de alto status e a atuação do Estado em sancionar leis que favorecem o parcelamento do solo, ou seja, a apropriação privada do espaço urbano.

Para o levantamento de dados a respeito das obras de reformas urbanas foi realizado pesquisa em artigos, dissertações, livros. Na identificação das principais obras de urbanização na cidade, bem como falas (entrevistas) de governadores de Rio Branco feito mediante consultas em sites oficiais do Executivo Estadual, tais como: Jornal Página 20, Agência de Notícia do Acre e no Jornal A Gazeta do Acre.

Ressalta-se que fora solicitado via oficio nas duas Secretarias de Obras - SEOP tanto Estadual quanto Municipal uma identificação das obras realizadas pelo poder público no recorte temporal da pesquisa e não houve resposta. Para o levantamento de legislação federal e municipal referente a condomínios horizontais fechados e loteamentos fechados, a fonte utilizada foi o site do Senado e da prefeitura. Foram priorizadas as leis referentes a parcelamento do solo urbano, a condomínios e loteamentos fechados e o plano diretor (1989, 2006 e 2016).

Como instrumento de coleta de dados, foram realizados entrevistas semiestruturada com representantes das principais imobiliárias da cidade, isto é, da Imobiliária Ipê, Imobiliária Casa e Albuquerque Engenharia e com o Secretário

Adjunto da Secretaria de Obras do Estado (SEOP). A entrevista semiestruturada é composta por perguntas abertas em que o entrevistado pode discorrer sobre o assunto de forma mais espontânea, possibilitando a obtenção de sobre o mercado imobiliário nos últimos anos na cidade.

Por meio desta técnica de coleta de dados, as entrevistas foram gravadas, com a autorização dos entrevistados. Foi feito ainda uma visita prévia nas imobiliárias para esclarecimentos, a quem direcionar o requerimento de solicitação de entrevista com o responsável pela empresa. A transcrição é uma tarefa da própria pesquisadora que realizou a coleta da entrevista. No site das imobiliárias, foi possível fazer um mapeamento de alguns loteamentos fechados que foram (e estão sendo) construídos na cidade. Feito esse mapeamento foi consultado o site Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ Brasil para obter o ano de abertura dos empreendimentos escolhido e com isso fazer uma cronologia dos registros a partir do ano de 1999 a 2018.

Os mapas foram produzidos utilizando duas fontes de dados cartográficos, IBGE (2010) e a Secretaria das Cidades (2017). No site do IBGE, foi possível extrair dados do limite federal, estadual e municipal. A Secretaria das Cidades forneceu dados de logradouros, bairros, perímetro urbano, zonas urbanas e hidrografia municipal. Por último, elaborou-se a sistematização das informações, através da análise dos dados obtidos, dos documentos e leis correlacionando-os com as referencias teóricos conceituais. Buscamos analisar e compreender a geografia urbana que se manifesta na cidade de Rio Branco, através das diferentes formas de transformação do espaço, seja pelo poder público, seja pelo setor privado. Identificamos, portanto, o espaço fragmentado, transformando em mercadoria, sob um discurso de venda da imagem da cidade no chamado "*city marketing".*

CAPÍTULO 3 - REFORMA URBANA EM RIO BRANCO-ACRE: MUDANÇAS EM CURSO

Este capítulo tem como objetivo abordar as principais obras de revitalização idealizadas pela Frente Popular-FPA-PT a partir de 1999. A priori é feito uma discussão sobre o aspecto histórico da reforma urbana para se compreender como ocorreu esse processo no sentido mais geral e, posteriormente faz-se uma abordagem sobre essas mesmas transformações urbanas no final da década de 1920 no estado do Acre. Pontuar essas ações urbanísticas é fundamental para compreender as modificações que a cidade passou ao longo dos anos.

3.1 - Contexto histórico da reforma urbana

O contexto histórico da reforma urbana está relacionado às primeiras obras de urbanização que tiveram início na cidade de Paris, quando o prefeito Georges Eugène Haussumann (1809-1891) transformou a cidade em uma “cidade burguesa” por excelência. Reforma urbana é uma política de desenvolvimento social que visa democratizar o direito à cidade. O termo também está associado às transformações urbanas que vão desde ações urbanas efetivas até revitalizações tais como ocorreram na Europa.

A “haussumanização” objetivava transformar a capital francesa em referência para o resto do mundo no tocante a valores, culturas, modos de vida e padrões arquitetônicos. Paris deveria ser transformada em uma vitrine da modernidade, uma vez que Haussumann promovia o “culto ao Belo, do Bem, das grandes coisas, da bela natureza inspirada na grande arte” (PANERAI *et al,* 2013, p. 10).

Na gestão de Haussumann, os modelos econômicos desaparecem sob os argumentos técnicos que eram ocultados por pretextos estéticos. Na cidade de Paris, uma retórica de eixos, de praças marcadas por monumentos, de monumentos distribuídos em uma rede cujos retornos seriam a partir de então visíveis. Assim, o prefeito revitalizou espaços públicos para satisfazer a burguesia e atrair estrangeiros por sua beleza. Percebem-se com isso que tais modificações na cidade são estratégias políticas de vender uma imagem da mesma para atrair turistas e estrangeiros e dinamizar o espaço.

O argumento técnico usado por Haussumann era a modernização, salubridade e, acima de tudo a melhoria das condições de moradia, transporte e infraestrutura. Destarte, a cidade experimentou a mais profunda mudança estrutural da história até se tornar uma cidade “equipada”. Tanto é que o desafio principal era organizar os equipamentos públicos - prefeitura, centros administrativos, ministérios, hospitais e assim por diante - dentro da uma estrutura urbana e, acomodar esta distribuição, que com o crescimento da cidade, surgiam em todos os lugares.

No Brasil, as primeiras ações dos urbanistas ocorreram no final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro capital da República. Foi estabelecida para o Rio de Janeiro a perspectiva de transformar a cidade nos mesmos padrões modernos ditados pelo mundo europeu. Sendo que no Rio a ideia central da reforma era romper com um passado marcado pela presença de cortiços, epidemias, negros e pobres convivendo em espaços da cidade considerados “nobre”.

Esse reordenamento territorial surge na tentativa de racionalizar o espaço urbano da cidade, legitimando a proposta de reordenamento com o mesmo discurso que usado em Paris, em que o uso do espaço urbano deveria corresponder à situação socioeconômica de seus habitantes. No Rio de Janeiro os pobres foram estereotipados como perigosos e suas moradias como centros irradiadores de epidemias.

As habitações populares da área central da cidade do Rio de Janeiro foram segundo Souza (2002) aos poucos sendo derrubadas para dar lugar a novas construções, bem como às avenidas largas que favorecessem maior circulação do ar que no pressuposto fundamental para os sanitaristas. O objetivo dos urbanistas com esse “asseio” era eliminar os focos proliferadores de doença (varíola, febre amarela e cólera) que assolavam a capital, tal como ocorria na Europa.

No Estado do Acre, e em particular em Rio Branco, no final da década de 1920 Hugo Carneiro tentou implementar essa mesma ideologia de reforma urbana tendo como referencia as cidades de Paris e do Rio de Janeiro. O governador quis fazer em Rio Branco as mudanças necessárias para tirar a cidade do “atraso” no qual se deparou no início de sua gestão.

Desde sua posse o novo governador fez questão de esclarecer que Rio Branco, por ser a capital do Território seria priorizada quanto ao estabelecimento de

políticas públicas voltadas às reformas urbanas, isto é, um modelo urbanista moderno. Rio Branco, na concepção de Hugo Carneiro deveria servir como uma espécie de vitrine da modernidade, tornando-se referencial para estabelecer uma divisão imaginária entre o passado e o futuro, o atraso e o desenvolvimento.

A concepção de modernidade do novo governo estava relacionada à perspectiva de desenvolvimento e avanço tecnológico, o que caracterizava o "domínio da natureza pela racionalidade, proposição predominante do mundo industrial e características iluministas ou da visão de mundo iluminista" (SOUZA, 2002, p. 48).

O novo governador logo se encarregou de iniciar uma política higienista e modernizante com objetivo de dotar a capital com "ares de civilização", ou seja, de transformar a cidade de um espaço do "caos", para um ambiente "asseado", atendia os pressupostos modernistas da época aos quais as cidades acreanas não se encaixavam. As medidas tomadas, de acordo com Bezerra (2005), foram no sentido da substituição de construções públicas, existentes por sólidas construções de alvenaria que afirmaram uma era de verdadeira consolidação da cidade metrópole do Território, para romper com o atraso que as construções de madeira representavam.

Dá-se, então, início a construção de várias obras de substituição das construções de madeira por construções de alvenaria, instalação de novos serviços como Bancos, Correios, prédios públicos como o Instituto Histórico e Geográfico Acreano, além da formulação do Código de Postura. Estas obras firmaram o início de uma verdadeira consolidação e/ou "arrumação" do Território e da cidade de Rio Branco (Quadro 01).

Quadro 1- Primeiras obras em alvenaria em Rio Branco-AC - Década de 1920

Palácio Rio Branco-AC

Quartel da Polícia Militar

Inauguração do Mercado Municipal de Rio Branco-AC

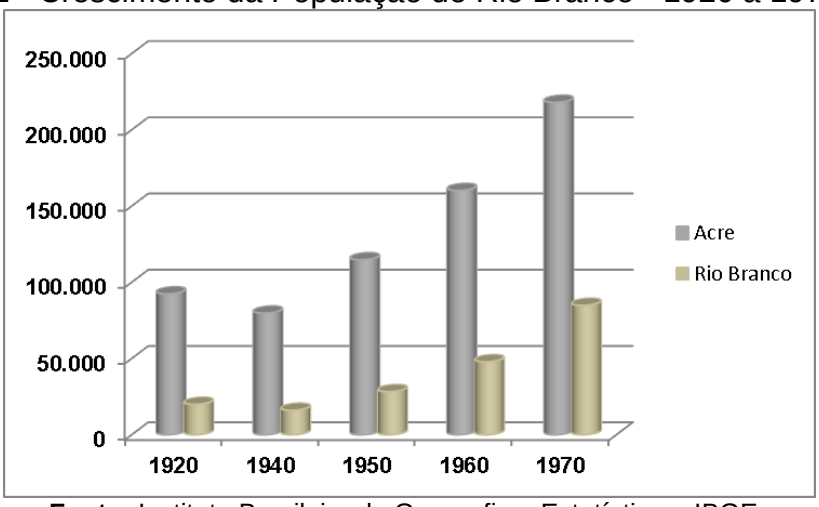
Inauguração da Primeira Agência do Banco Brasil

Fonte: Álbum da Cidade de Rio Branco, 2013.

Assim, entre 1927 e 1930, a cidade de Rio Branco passou por grandes mudanças urbanas através das obras de revitalização empreendidas durante a gestão de Hugo Carneiro. Essas obras foram construídas principalmente na área central da cidade, mantendo-as em seus lugares originais.

Na década de 1920, quando estas mudanças estavam em curso à população do Estado era de 92.397 mil pessoas segundo dados do Censo demográfico IBGE e município nesse mesmo período tinha 19.930mil pessoas que corresponde a 21,6% da população do Estado na época. O crescimento demográfico de Rio Branco a partir das décadas seguintes aumentou significativamente, como mostra a figura 2.

Figura 2 - Crescimento da População de Rio Branco - 1920 a 1970



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Censo Demográfico

Esse crescimento deu-se em função da migração de milhares de nordestinos que vieram para o Acre, em função da demanda pela borracha ocasionada, sobretudo a partir de 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial quando os seringais do Oriente foram fechados, ou seja, não tinham acesso. Nesse período, as cidades acreanas começam a ficar mais agitadas devido à vinda dos nordestinos. Esse momento ficou conhecido como a *Batalha da Borracha*. Vale ressaltar que até 1945 a maioria dos recursos vindos para o Estado era direcionada para os seringais, sendo, portanto destinada pouca atenção para as cidades acreanas, ou seja, para implantação de obras e serviços públicos[2].

Com o fim da Batalha da Borracha e sob o início da gestão do Governo Guiomard Santos, em 1946, novos serviços de infraestrutura e urbanização foram sendo criados na cidade tais como: o Aeroporto Salgado Filho (Aeroporto Velho), reforma do prédio da antiga penitenciária que foi transformada no Hotel Chuí, atualmente prédio da Prefeitura de Rio Branco localizado na área central.

Entre 1946 e 1950, Rio Branco passou a contar com inúmeros órgãos de atendimento público como Departamento de Saúde Pública, Maternidade Bárbara Heliodora, escolas, fábrica de cerâmicas, usina mecânica. Além dessas melhorias houve a construção de obras em espaços públicos como o Bar Municipal, a Fonte Luminosa na área central, que proporcionou a fixação da população local e tornou-se vetor de crescimento urbano, fortalecido nas décadas seguintes.

[2]Disponível em: <http://www.riobranco.ac.gov.br/index.php/rio-branco.html>. Publicado em Quarta, 22 Maio 2013. Acesso em 17 de Maio de 2018.

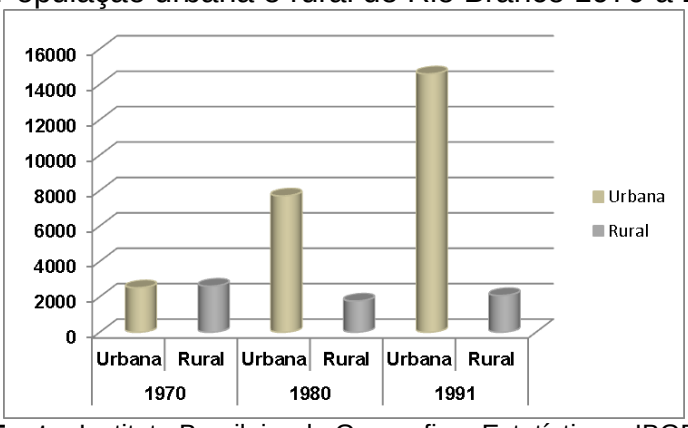
Na transição entre as décadas de 1950 e 1960, ocorreram inúmeras mudanças sociais e econômicas no Brasil como destaca Bento (2017) tais como: migrações inter-regionais, a integração territorial através da abertura de rodovias, a criação de superintendências de desenvolvimento regional que tinham como objetivo diminuir as diferenças entre as regiões e a realocação da capital Federal mediante a construção de Brasília.

No caso do Acre, as modificações mais relevantes foram à transformação de território federal para Estado em 1962, a ligação territorial com o restante do país através de novos eixos rodoviários como Belém-Brasília, Cuiabá – Porto Velho, Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Essa ligação terrestre entre o Acre e o restante do país atraiu especuladores e investidores em agropecuários para se instalarem na região, principalmente nos municípios próximos a BR364.

Em Rio Branco, a década de 1960 é marcada por obras e intervenções importantes para a capital na gestão do governador Jorge Kalume (1966-1971). Dentre as principais obras que modificaram substancialmente a paisagem e a dinâmica da cidade citaram-se as construções do Mercado dos Colonos, do Mercado do Bosque, do Palácio das Secretarias, além da construção da Ponte Juscelino Kubitschek popularmente conhecida como Ponte Metálica.

Com a abertura da BR-364, na década de 1970, o estado do Acre e a capital, Rio Branco passaram a ter um contingente populacional mais acentuado. Nessa década, o governo estadual de Vanderley Dantas (1971-1975) estimulou a vinda de fazendeiros e especuladores de terras para o Acre com o objetivo de mudar a base produtiva do extrativismo vegetal para a pecuária extensiva. Essa transição de atividade econômica no espaço agrário acreano forçou os habitantes da zona rural tais como os seringueiros, camponeses e ribeirinhos a vender suas terras e vir morar na cidade favorecem o aumento da população nos municípios e principalmente na capital (Figura 3).

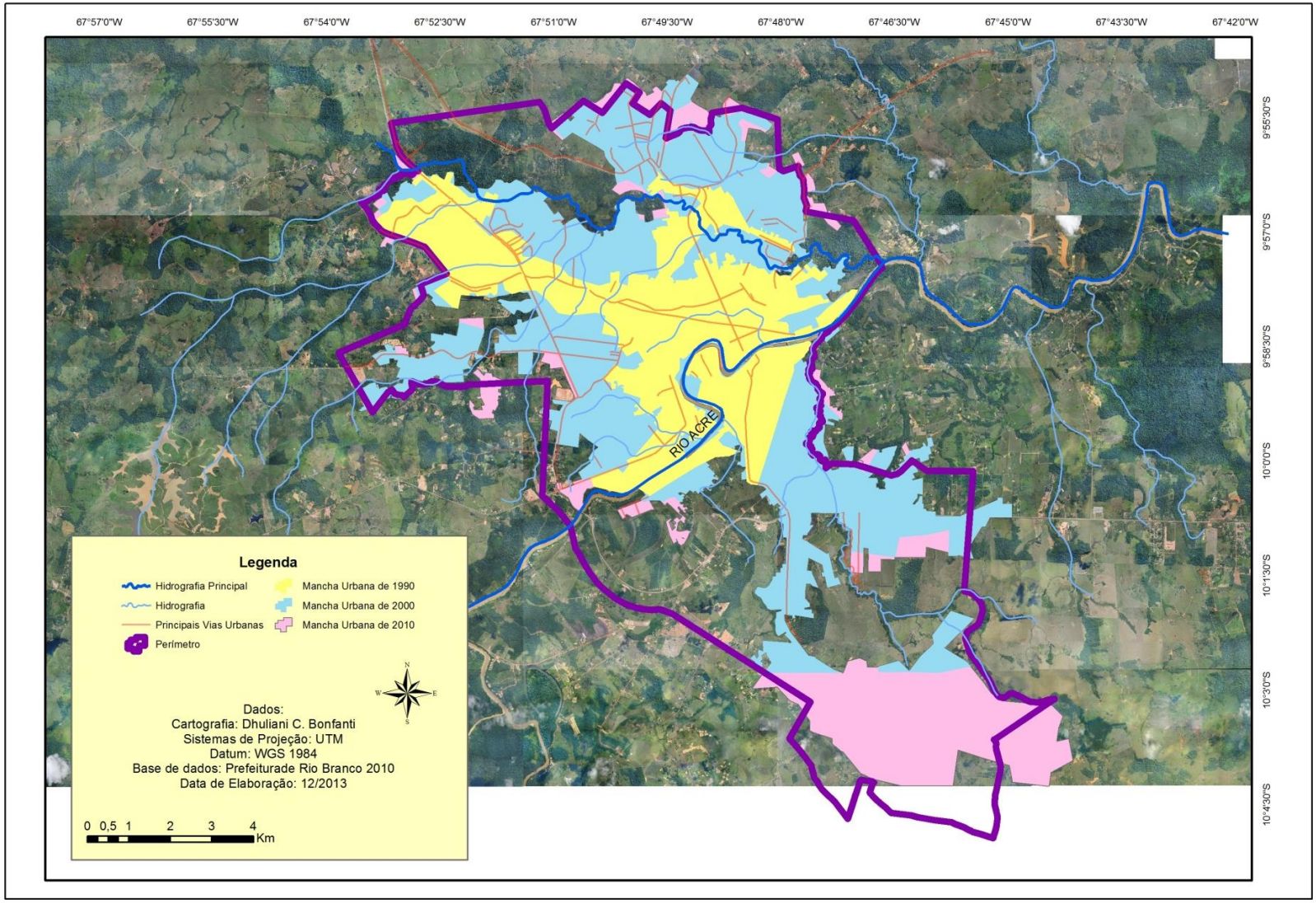
Figura 3 - População urbana e rural de Rio Branco 1970 a 1991



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Censo Demográfico

A expulsão da população do campo na década de 1970 fez com que o índice populacional de Rio Branco aumentasse significativamente. Nesse período, havia cerca de 23 bairros e uma população de 34.474 habitantes. No gráfico da figura 4 é possível observar também que na década de 1980 a densidade demográfica na zona urbana dá um salto considerável e passa para 76.96mil habitantes. Neste contexto, a figura 4 a seguir mostra como ocorreu esse processo de expansão urbana em Rio Branco nas décadas seguintes.

Figura 4 - Mancha urbana em Rio Branco de 1990 a 2010



Fonte: BONFANTI, D. C. 2014.

É possível verificar na figura 4 que a cidade de Rio Branco ampliou consideravelmente sua extensão nas últimas três décadas. A migração campo-cidade favoreceu o processo de expansão da mancha urbana da cidade e, principalmente deu origem aos bairros periféricos, resultado de invasão de áreas periféricas ou ocupação de áreas irregulares, principalmente às margens do rio Acre e igarapés. Concomitante, ou após a "conquista" da moradia, dá-se início às reivindicações dessa população menos favorecida junto ao poder público por melhorias tais como serviços de infraestrutura.

Além dos bairros caracterizados por uma população de baixa renda também teve início na década de 1970 os bairros para a população de maior poder aquisitivo, tais como o Habitasa, Castelo Branco, Jardim Tropical. Já a partir de 1980 tem-se origem aos bairros Floresta Norte, Bela Vista, Petrópolis e outros. Vale ressaltar que estes bairros estão localizados próximos a área central, ou seja, próximo aos serviços públicos e privados que incrementam o mercado imobiliário urbano em seu entorno.

A questão habitacional é um problema presente nas discussões de amplitude nacional, dada sua abrangência e relação com diversos processos socioeconômicos e políticos e suas contradições inerentes. A moradia sendo um bem que todos necessitam acaba sendo uma forma de produção do espaço que proporciona amplos benefícios tanto ao capital financeiro quanto ao capital imobiliário na construção tanto de conjuntos populares como de condomínios de luxo para os que detêm de maior poder aquisitivo.

Na cidade de Rio Branco, a atuação do governo na área habitacional se dá basicamente através da extinta Companhia de Habitação do Acre-COHAB-AC uma sociedade de economia mista criada pela Lei Nº 61 de 17 de dezembro de 1964 em parceria com o também extinto Banco Nacional da Habitação-BNH. A COHAB-AC teve durou de 1971 a 1998 e nesse período foram construídos e comercializados 10.000 unidades populares em 21 conjuntos habitacionais.

De acordo com Fleming e Haddad (2010), a produção de conjuntos habitacionais pelo sistema COHAB/BNH foi resultado de uma combinação entre interesses político-econômicos, cuja finalidade era constituir-se em braço direito do Sistema Financeiro de Habitação, executando o papel de agentes

financeiros e promotores, estabelecendo-se na qualidade de sociedades de economia mista, constituída principalmente por recursos do poder público.

Nesse sentido, aos investidores, incorporadoras e grandes grupos industriais o produto habitação converte-se em um excelente negócio, pois estes lucram com todo tipo de construção, ou melhor, seja no processo de construção e/ou com a venda de materiais (telha, brita, ferro, tijolos e outros). Esse tipo de produção capitalista do espaço mostra claramente um tipo de coligação existente entre o Estado e as empresas incorporadoras/construtoras ao construir casas e/ou conjuntos habitacionais em meio a articulações e interesses político-econômicos.

Na década de 1980, ocorre um revigoramento no planejamento da cidade a partir da elaboração do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano-PDDU, do Código de Obras e da Lei de Parcelamento e Uso do Solo. Esse revigoramento foi ocasionado devido Rio Branco ter crescido sem planejamento e a partir dessa década, medidas do uso e ocupação do solo passaram a vigorar. As diretrizes estabelecidas na proposta do PDDU (1986) foram resultados do diagnóstico efetuado pelo programa Cidades de Porte Médio – CPM.

A criação do Plano Diretor teve como justificativa a inclusão de um conjunto de normas voltadas para a harmonização do crescimento urbano e a conservação do ambiente natural. O documento apresenta várias diretrizes que regem sobre uma série de medidas, dentre essas o melhor aproveitamento das potencialidades locais, em função de uma ordenação adequada dos usos do solo urbano, da cidade que cresceu totalmente de forma desordenada. O uso e a ocupação do solo urbano e sua organização passam a ser um desafio para a gestão pública, a cidade que se desenvolveu em meio à invasão de bairros, ocupação de áreas irregulares e até mesmo de loteamentos clandestinos e conjuntos residenciais mal projetados e/ou implantados necessitava ser organizada.

O programa Cidades de Porte Médio-CPM foi uma política urbana nacional de planejamento territorial que vigorou no período 1975/86. O projeto foi financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD para fortalecer cidades médias, independente do tamanho da população ou do grau de urbanização, por meio de ações inter e intra-urbanas que

acendesse sua capacidade produtiva e o mercado da região por elas liderado (STEINBERGER e BRUNA, 2001).

Rio Branco foi uma das 113 cidades da região norte beneficiadas com o projeto Cidades de Porte Médio – CPM e tinha como um dos objetivos mapear todas as informações necessárias do município para subsidiar o planejamento urbano e a elaboração do Plano Diretor. O PDDU (1986) estabeleceu como diretrizes bases, projeções futuras para 10 anos que no caso, corresponde ao ano de 1995, nas oito zonas existentes na época[3]. Dessas oito zonas, a zona Residencial é a que mais passa por mudanças devido à expansão da mancha urbana. De acordo com a PMRB (1989, p. 65) "esta zona tem uma densidade bruta média de 130hab/ha, ocupa uma área de 3.806ha, deverá em 1995 agrupar 66% da população estimada".

Atualmente, o Executivo Estadual desenvolve dois programas vinculados ao Governo Federal: o de Arrendamento Residencial – PAR, e o outro relacionado com a Carta de Crédito do FGTS. Além de poder contar também com o Programa de Subsídio Habitacional - PSH criado pela Lei Federal N.º 11.124, de 16 de junho de 2005, o PAC da Habitação e com a adoção da Medida Provisória Nº 459 de 25 de março de 2009, instituindo o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida - PMCMV que visa à redução do déficit habitacional em todo país.

Nos últimos anos, além da ocupação em área irregular tem crescido bastante na cidade, o número de moradias em loteamentos e conjuntos habitacionais fechados e até mesmo obras de intervenção do Estado, por exemplo, o empreendimento Cidade do Povo. Esse conjunto habitacional iniciou o processo de construção em 2012 por meio do PMCMV e tem a previsão de atender o quantitativo de 10.500 unidades habitacionais em atendimento ao previsto na Constituição Federal e na Lei n.º 11.977 de 7 de julho de 2009. O mesmo visa à oferta de unidades habitacionais, art. 3º, § III "às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero".

[3]Zona AD- Administrativa; Zona C- Equipamentos Terciários; Zona M- Equipamento Secundário; Zona R- Residencial; Zona AV- Verde; Zona I- Industrial; Zona E-Especial; Zona S- de Serviços.

Essas transformações são decorrentes do aumento populacional e, consequentemente da necessidade de construção de moradias seja para classe popular ou para atender um grupo mais seleto. A movimentação socioespacial faz com que áreas longínquas sejam habitadas dando origem a novos bairros e expandindo cada vez mais a mancha da cidade.

Concomitante as mudanças ocorridas em Rio Branco pautadas na produção de moradia tem-se também as transformações estruturais relacionadas às políticas urbanística adotada a partir da década de 1990. A partir desta década os poderes municipais e estaduais passaram a realizar várias ações urbanísticas que transformaram a imagem da capital através da revitalização de espaços públicos e construção de obras estruturantes. Essas ações foram em função de fortalecer o partido da FPA-PT e se manter nos executivos, tudo isso sob um discurso de despertar na sociedade um sentimento de pertencimento, de identificação com o lugar.

3. 2 - Rio Branco: intervenções urbanas a partir da década de 1990

A partir da primeira gestão da Frente Popular no Executivo Municipal no início da década de 1990 as obras de urbanização (pavimentação de ruas, avenidas) de Rio Branco começam a ser realizadas melhorando e ampliando o aspecto físico da capital. Porém é a partir de 1999 com a chegada da FPA-AC no Executivo Estadual que esse “embelezamento”, isto é, as obras de reformas urbanas se intensificam na cidade.

O que se pretende com estes apontamentos sobre a FPA-AC não é algo partidário, mas sim mostrar que Rio Branco a partir dessa gestão teve um novo “embelezamento” que não pode deixar de ser mencionado, uma vez que a pesquisa trata da produção do espaço elencadas pelos agentes produtores, dentre estes o próprio Estado.

Pontuar as obras de reformas urbanas a partir de 1999 torna-se inevitável ao falar sobre a gestão do governador em exercício na época e das obras de urbanização realizada a partir dessa data. O governador Jorge Viana. A trajetória de mandato de Jorge Viana pela Frente Popular do Acre FPA-AC/PT inicia em 1992 no Executivo Municipal e no Executivo Estadual a partir de 1998. Desde então já se passaram mais de 18 anos da coligação FPA-

AC/PT a frente da gestão Estadual e 16 anos no executivo municipal na capital. Por isso, não tem como trabalhar a cidade de Rio Branco sem mencionar o papel do Partido dos Trabalhadores – PT e sua atuação no Estado como um dos principais agentes produtores do espaço urbano na cidade.

A chegada da FPA[4] a partir de 1999 no Executivo estadual foi decisiva para transformar a cidade de Rio Branco, pois a política adotada pelo governador de certa forma era continua com o ideário modernizante já vivenciado em outro momento na história acreana principalmente na capital. Este momento foi denominado como a "era Viana", pois o mesmo teve dois mandatos sendo o primeiro de 1999 a 2002 e o segundo de 2003 a 2006.

O discurso, nessa gestão, foi no sentido de reorganizar a cidade, isto é, construir e revitalizar as obras públicas no contexto de dar uma identidade e/ou despertar o sentimento de pertencimento ao povo acreano. Para quem mora em Rio Branco são nítidas as transformações que a cidade passou a partir das ações urbanísticas adotadas, por isso a importância de se de abordar algumas das ações da "era Viana".

"Governo da Floresta" foi o slogan da administração de Jorge Viana no Executivo estadual acreano, no período de 1999 a 2006. No entanto, esse slogan possuía caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo em que estava associado ao governo que defendia as causas dos seringueiros e índios com o discurso do desenvolvimento sustentável, era caracterizado como um governo dos negócios sustentáveis, onde, na realidade, os maiores beneficiados não eram os povos da floresta e, sim, aqueles que sempre se beneficiaram das políticas públicas para tirar proveito financeiro.

O uso dos termos "florestania" e "desenvolvimento sustentável" também foram adotados durante essa gestão que através de uma forte usurpação midiática e publicitária obtinham o consenso da população em torno da construção do discurso de um "novo Acre". Porém, o neologismo "florestania" do ponto de vista das medidas no governo de Jorge Viana foi o que mais gerou impacto, pois do ponto de vista teórico tratava-se da ideia de conservar a floresta e suas riquezas e garantir a qualidade de vida as populações tradicionais, além de ser uma forma de incentivar as pessoas a permanecer na

[4]Frente de partidos formada por 15 partidos: PC, PC do B, PDT, PHS, PMB, PRB, PROS, PRP, PSB, PSDC, PSL, PT, PTB, PT do B, PTN e liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

floresta e desenvolver (com a ajuda do poder público) novos parâmetros de sociabilidade, isto é, um novo modo de subsistência oriundo da própria floresta.

Essa política assistencialista da florestania não surtiu o efeito esperado e acabou sendo mais uma propaganda de governo para promover personalidades e arrecadar fundos do governo federal. Sabe que o estado do Acre depende de repasses federais, uma vez que suas arrecadações não são suficientes para cobrir todas as despesas. Assim, o efeito de uma série de fatores contribuiu para o fracasso do projeto, dentre estes o corte de verbas a nível federal que mantém o estado e que dava assistência ao programa. Além disso, o projeto teve uma má gestão, isto é, as velhas práticas capitalistas que impedia que os recursos chegassem ao destino final, isto é, às famílias.

Pode-se dizer que o "Governo da Floresta" seguiu duas direções: primeiro a adoção do "novo Acre" através do modelo de desenvolvimento sustentável e, segundo com o resgate da valorização e construção de sentidos, isto é, através de revitalização de prédios e símbolos. No entanto, o mesmo ficou marcado mais pelas obras de embelezamento de alguns pontos do centro da capital do que mesmo pela consolidação de projetos de sustentabilidade.

Dentre os meios utilizados para fortalecer a identidade acreana Moraes (2016) destaca que foram resgatados vários símbolos criados ainda durante a Revolução Acreana que representaram a história do Acre. Dentre estes se podem citar a bandeira e o hino estadual, além dos símbolos foram utilizados discursos políticos que buscaram fortalecer a ligação entre os ideais dos "autonomistas", isto é, dos que lutaram para "tornar o Acre brasileiro" no início do século passado, assim como foram utilizados os ideais dos que lutaram em defesa da floresta amazônica, dos índios e seringueiros como forma de valorização de sua identidade.

Para despertar esse sentimento, foi preciso materializar a memória na cidade de Rio Branco e foi isso que o governo da floresta se prontificou a fazer. Morais (2016) destaca que quanto aos aspectos históricos e culturais as primeiras iniciativas foram no sentido de revitalizar:

> A Fundação Cultural do Estado (criada na década de 1970). Depois, vieram outras iniciativas como: revisar a Lei Estadual de Patrimônio Histórico (Lei n°. 1294 de 1999), criar o Departamento de Patrimônio Histórico, a Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo para Recuperação do Patrimônio Acreano (MORAIS, 2016, p. 243).

Essas iniciativas tinham como objetivo recuperar, criar e difundir o patrimônio histórico e cultural do Acre, isto é, medidas tomadas que pudessem despertar na população acreana um sentimento e/ou uma identificação com o lugar através de investimentos em espaços que representassem a memória acreana, tudo isso, vinculado a um discurso construído em torno da cidade e do "orgulho de ser acreano".

Entre as obras revitalizadas localizados em sua maioria no centro da cidade estão à revitalização de monumentos e sítios históricos que recuperaram paisagens culturais, modificação de toponímia de praças e ruas, homenageando algumas "personalidades históricas". Assim, o governo criou novos "lugares de memória" em conformidade com a ressignificação da identidade acreana. Algumas das obras estaduais construídas a partir de 1999 estão elencadas nas figuras abaixo.

Figura 5 - Mercado Municipal de Rio Branco

Fonte: Portal do Governo do Acre[5]

O antigo Mercado Municipal, mais conhecido como Mercado Velho está localizado na margem esquerda do Rio Acre, na Avenida Epaminondas Jácome. Construído no final da década de 1920, o prédio passou por uma obra de revitalização em 2006 e resgatou a importância do espaço e levou a população a visitá-lo com mais frequência sendo, atualmente, é um dos principais pontos turísticos da cidade.

[5]Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/turismo/!ut>. Acesso em 29 de Dezembro de 2018.

O Calçadão da Gameleira (Figura 6) é outro espaço que foi revitalizado. O Calçadão da Gameleira é antigo o centro histórico da cidade e está localizado à margem direita do Rio Acre, em frente ao centro da capital.

Figura 6 - Calçadão da Gameleira em Rio Branco-AC

Fonte: Portal do Governo do Acre[6]

O local passou por uma revitalização em 2002 preservando suas características originais cujas construções e opulências de seus vários casarios que remontam a memória viva do apogeu vivido nas últimas décadas do século XIX e início do século XX no período da exploração da borracha e da castanha-do-brasil.

O Palácio Rio Branco (Figura 7) também passou por revitalização em junho de 2002 com uma das obras que representam os “lugares de memória” da capital acreana. No entanto, na gestão do Governador Binho Marques, mais precisamente em 13 de junho de 2008 o Palácio foi instituído oficialmente Museu Palácio Rio Branco.

[6]Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/turismo/!ut>. Acesso em 29 de Dezembro de 2018.

Figura 7 - Palácio Rio Branco

Fonte: Portal do Governo do Acre[7]

No pátio do Palácio é possível contemplar o Obelisco dos Heróis da Revolução, construído da década de 1930, em homenagem aos combatentes da Revolução Acreana e a fonte da sagração, popularmente conhecida como luminosa. Além desses monumentos históricos, nota-se na figura 7 a iluminação no tom esverdeado, esse tipo de iluminação também foi adotado em vários espaços públicos como praças, vias públicas com o objetivo de representar o "ambiente da floresta".

As revitalizações desses espaços públicos não modificaram apenas a paisagem urbana, mas trouxeram um novo embelezamento da cidade. Além disso, as obras de urbanização serviram pelo menos na concepção da gestão pública para fortalecer o discurso do governo de cooptar o sentimento de orgulho de ser acreano. Todo este contexto de obras indicou o início de um novo período da história da formação urbana de Rio Branco, valorizando o imaginário do povo acreano.

Todas estas conformações no espaço urbano de Rio Branco além de despertar o sentimento de pertencimento com o lugar e de gerar identidade e identificação do povo com o espaço vivido e percebido tinham o intuito de preparar a cidade e o povo para um momento histórico para os acreanos, a comemoração do Centenário do Acre (1903-2003). Essa data é importante para o Estado, pois marcou a assinatura do Tratado de Petrópolis que permitiu a incorporação ao Estado brasileiro.

[7]Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/turismo/!ut>. Acesso em 29 de Dezembro de 2018.

Em todo o Estado foram realizadas obras em alusão à comemoração do Centenário; na capital, praças foram revitalizadas, ruas duplicadas e renomeadas entre outras ações. Posteriormente, outras obras estruturantes importantes foram sendo realizadas na cidade como, por exemplo, a descentralização de alguns serviços públicos para a Via Verde, uma das principais vias da cidade que é parte da BR364, como veremos no decorrer da pesquisa.

Nesse sentido, retomou-se a discussão de Sánchez (2003) quando a autora vem falar das várias formas de representar e vender a imagem da cidade e uma dessas formas é através de reformas urbanas. A iniciativa do governo do estado do Acre ao revitalizar prédios, recuperar centro histórico, com intenção de proteger e valorizar o patrimônio histórico cultural, principalmente em Rio Branco, mostrou-se além de uma construção material também uma construção simbólica. Material no sentido de obras ou intervenções espaciais que requalificam o urbano e, simbólica no sentido do civismo urbano, da identidade de seus moradores e da sua identificação com a cidade, isto é, de se sentir pertencente uma determinada narrativa e a um determinado território na qual Vainer (2000) vai chamar de “patriotismo de cidade”.

O patriotismo de cidade é um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos citadinos assumir com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro, e especialmente a atividade presente em todos os campos. Uma das formas de promover patriotismo de cidade dentro do planejamento estratégico do governo é a promoção de obras e serviços visíveis, tanto os que têm caráter monumental e simbólico quanto os dirigidos à melhoria da qualidade dos espaços públicos e bem-estar da população.

É a construção de obras públicas que lhe dão visibilidade e reforçam o patriotismo cívico dos citadinos, ou seja, ao transformar a cidade seja no sentido material e/ou simbólico o governo, além de despertar patriotismo cívico do sentimento de pertencimento, cria uma vontade coletiva de participação, confiança e de crença dos citadinos no futuro da urbe. Destarte, para despertar o patriotismo de cidade nas pessoas alguns slogans públicos oficiais foram adotados desde o início da “era Viana” até os dias atuais, tais como: “Aqui é o meu lugar”, “Rio Branco: melhor lugar para se viver”, “Cidade Verde” e o

logotipo atual, “Novo Acre. Governo parceiro, povo empreendedor” o que demonstra o poder do discurso por parte dos “donos da cidade”.

Pela ação do “Governo da Floresta” diversos elementos são materializados nas cidades acreanas, especialmente na capital através de simbolismos para reforçar o signo da representatividade da “floresta”, seja na construção imagética, no enunciado verbal escrito dos *slogans* ou até mesmo na nomeação de espaços públicos. Assim, o *marketing* que tem predominado na gestão dos candidatos eleitos no estado, nos últimos 18 anos sempre está em torno do termo “floresta”, isto é na exaltação do verde e a presença da bandeira acreana nos principais lugares públicos.

Na cidade, vários *slogans* e espaços públicos relacionados ao termo “floresta” tais: “Governo da Floresta”, “Povos da Floresta”, Praça Povos da Floresta, “Floresta Digital”, “Biblioteca da Floresta”, “Arena da Floresta”. Assim como a exaltação dos personagens históricos em seus logradouros: Via Chico Mendes, Praça Rodrigues Alves, que posteriormente foi renomeada para Praça da Revolução, como forma de firmar uma ideologia adotada pelo partido.

Para além das feituras que marcaram o governo de Jorge Viana outras reformas urbanas também foram feitas na cidade após seu mandato. Posterior à gestão de Jorge, outros governadores também da FPA deram continuidade a urbanização que iniciou ainda nos anos 1990 com a política de embelezamento. A cidade de Rio Branco, quanto ao requisito infraestrutura passou então por vários investimentos ao longo da última década foram várias obras de infraestrutura realizadas: duplicação de ruas, construção de parques e pontes, urbanização das margens do rio Acre e igarapé São Francisco, Parque do Tucumã e revitalização do Canal da Maternidade.

O Canal da Maternidade era uma Área de Preservação Permanente (APP) do igarapé da Maternidade, que com o crescimento urbano e a ocupação desordenada, tornou-se uma longa rede de esgoto a céu aberto, coberto de lixo, mato e residências irregulares em toda sua extensão. No discurso do secretário-adjunto de Obras Públicas Leonardo Neder[8], percebe-se a justificativa para a concretização do empreendimento:

---

[8]Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2017/01/parque-da-maternidade-de-esgoto-ceu-aberto-ponto-turistico-na-capital.html>. Acessado em: setembro de 2017. Data da matéria: 01/01/2017.

> Era uma Área de Preservação Permanente (APP) com muitas edificações que precisaram ser retiradas. Sem a capina e o roço desse espaço, o local tinha o mato alto o que afetava os moradores, pois proliferava tudo desde ratos, cobras até jacarés. Além disso, era um esgoto a céu aberto sem tratamento nenhum, ou seja, um vetor de várias doenças (Leonardo Neder, 01 de janeiro de 2017).

Na fala do secretário fica evidente que foi o crescimento urbano de forma desordenada que transformou a área de APP em um grande esgoto. Como abrange grande parte da área central da cidade, o canal causava grande incômodo aos gestores sendo até considerado um desafio à solução de tal problema urbano. No entanto, a obra representeou um marco de urbanização na época, prometendo mudar definitivamente a imagem da cidade (Figura 8).

Figura 8 - Slogan do governo na construção do Parque

Fonte: Página 20[9].

Nota-se que o projeto de "lançamento" de cada novo "produto" urbanístico costuma ser minuciosamente planejado e muito bem divulgado para ganhar tanto a aprovação consensual do povo quanto para despertar o imaginário da população. O Parque da Maternidade foi uma obra que despertou o "encanto" não só dos acreanos, mas também de muitos gestores e visitantes que viram o quanto a paisagem urbana e a imagem da cidade mudou a partir desta obra, tornando-se símbolo da capital acreana, como mostram as figuras 9 e 10.

[9]Disponível em: <http://pagina20.net/v2/nao-sei-mais-imaginar-como-seria-rio-branco-sem-o-parque-da-maternidade-diz-jorge-viana/>.Acesso em 11 de Outubro de 2017.Data da matéria: 01/10/2017.

Figura 9 - Início do Parque

Figura 10 - Área de esgoto urbanizada

Fonte: Figura 9 e 10. Agência de Notícia do Acre[10]

Em comemoração aos 15 anos do parque da Maternidade, o ex-governador Jorge Viana em uma entrevista ressaltou a importância do parque para a cidade, afirmando que não saberia mais imaginar como seria Rio Branco sem o Parque da Maternidade. Porque ele é parte da vida, da funcionalidade da cidade[11]. No discurso, fica evidente o sentimento de quem tem orgulho da obra de urbanização que virou referência à época em que foi concretizada.

A revitalização ou construção de espaços públicos ou privados corrobora para o processo de valorização do solo nos bairros ao entorno. Segundo dados da Planta Genérica de valores do município datada do ano de 2005, existem dois polos de valorização na cidade que são: o primário, formado pelos principais centros comerciais, isto é, por ruas caracterizadas pela dinamização entre fluxos e fixos, e os polos secundários formados a partir da urbanização de áreas que geralmente são caracterizadas pela magnitude dos investimentos, como mostra o quadro 2.

[10]Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/parque-da-maternidade-completa-quinze-anos/>. Acesso em 11 de outubro de 2017. Data da matéria 04.10.2017.
[11]Disponível em: <http://pagina20.net/v2/nao-sei-mais-imaginar-como-seria-rio-branco-sem-o-parque-da-maternidade-diz-jorge-viana/>. Acesso em 11 de outubro de 2017. Data da matéria: 01/10/2017.

Quadro 2 - Polos de valorização secundários em Rio Branco

Polo	**Período de execução**	**Recursos (R$)**
Recuperação e urbanização do Calçadão da Gameleira (Ponto turístico e polo comercial)	2000-2002	2.393.698,87
Revitalização do Centro Histórico de Rio Branco e Construção do Memorial dos Autonomistas - Revitalização do centro histórico - Memorial dos Autonomistas	2001	1.000.000,00 1.198.224,82
Parque da Maternidade	2001	9.732.931,29
Via Chico Mendes - Revitalização e instalação de equipamentos urbanos	2003	1.700.000,00
Contorno de Rio Branco - 3ª ponte (BR-364)	2003-2004	12.557.649,83
Ponte da Judia (BR-364)	2003-2004	1.893.373,46
Av. Antônio da Rocha Viana	2003-2004	1.495.382,91

Fonte: SEOP (2004). Elaborado por Janete Farias

No quadro 2 são identificadas algumas obras de grande impacto para o desenvolvimento da cidade inclusive com recuperação e revitalização de marcos históricos. Estes empreendimentos surgem como pontos de valorização do lugar, uma vez que passam a ser observados como pontos turísticos, requerendo cada vez mais a manutenção com dotação de infraestrutura.

Percebe-se que houve investimentos para a revitalização em diferentes áreas da cidade iniciada nos anos 2000 como parte de uma estratégia de resgate tanto histórico quanto cultural desencadeado pelo governo do estado. Espaços e monumentos públicos, que outrora estavam sendo “destruídos” e que foram erigidos a partir da iniciativa de resgatar e/ou reforçar certa tradição, isto é, a criação e o sentimento de pertencer a uma nação que se constitui na forma mais completa de uma memória coletiva. Nesse sentido, Amendola (2000, p. 289) destaca que *“lá ciudad vive en el imaginário colectivo através de sus monumentos”*. Assim, compreende-se que a importância fundamental de se preservar os centros e monumentos históricos das cidades para manutenção do imaginário coletivo.

Isso significa que os laços dessa memória coletiva são reforçados, pois esses objetos simbólicos - presente nas praças, no Palácio, na própria árvore

Gameleira, oferece uma imagem de permanência e estabilidade, o que, de modo geral, é muito positivo na visão dos acreanos, sobretudo para os citadinos de Rio Branco, uma vez que a maioria desses investimentos foi feitos na capital. Essa assimilação com o espaço foi, portanto uma das idealizações do fortalecimento da identidade com a cidade, da autoestima do povo acreano que até então não se tinha ou não era estimulada.

3. 3 - Obras estaduais a partir de 2007 - Rio Branco

As obras de urbanização datadas aqui a partir de 2007 estão inseridas na gestão do terceiro mandato da FPA/PT no Executivo Estadual com o governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior (Binho Marques), que foi governador de janeiro de 2007 a 2010. Essa gestão foi marcada pela entrega de uma série de obras construídas em todo o estado, como parte das comemorações pelos 106 anos da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Em Rio Branco foram entregues obras na área de educação, unidades de saúde e outros órgãos públicos como, por exemplo, o novo prédio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) e a Central de Atendimento ao Cidadão (OCA). Esta duas últimas fazem parte da política específica para atendimento ao cidadão e estão inseridas no bojo da modernização da máquina pública implementada durante essa gestão.

Sobre o projeto da OCA, o governador Binho Marques destacou: "nosso objetivo maior é que toda população do Acre possa ter atendimento de qualidade", ressaltando a participação fundamental do funcionalismo no processo e, ainda: "graças a vocês, ao trabalho de cada um, estamos transformando a gestão do Estado" (Binho Marques, em 14 de dezembro, 2010)[12].

Outra obra muito marcante entregue no mandato do governador Binho Marques foi à reinauguração do Casarão. Construído na década de 1930, O Casarão é uma antiga casa de madeira localizada na área central de Rio Branco que pertencia a uma família bastante tradicional na cidade; a casa era ponto de encontro de pessoas de diferentes perfis desde intelectuais, boêmios,

[12]Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/binho-entrega-novo-prdio-da-sefaz/>. Acesso em 05 de outubro de 2017. Publicado dia 14.12.2010.

estudantes universitários a militantes partidários. O espaço que tem muito da história e da cultura acreana ficou sem uso, e essa revitalização afirmou novamente o compromisso do governo estadual com a formação da identidade acreana[13].

Nesta gestão ainda foi inaugurado o Tribunal de Justiça do Acre-TJAC localizado na Via Verde[14]. Cabe aqui abrir um parêntese para tratar dos órgãos da administração pública que foram aos poucos sendo implantados na Via Verde e inaugurados por diferentes gestões. Esse processo denominado de descentralização ocorre quando o poder público decide ocupar determinada parte de cidade. Em Rio Branco a gestão estadual usou de vários motivos para reunir parte das repartições públicas em um só lugar. Tais ensejos vão desde a necessidade de novas construções, prédios e ampliação dos serviços, à diminuição das despesas com aluguel, mobilidade urbana, a falta de estacionamento na área central.

Embora a descentralização dos órgãos da administração pública tenha sido intensificada mais a partir de 2010, esse processo já acontecia, mesmo que de forma menos expressiva e representativa desde 2005. No referido período existia na área o Hospital das Clínicas, o Tribunal Regional Eleitoral-TRE e início da obra do Tribunal de Justiça do Acre-TJAC.

A partir de 2010 a descentralização com novas implantações desses órgãos se intensificaram tais como: o Ministério Público Federal-MPF, 1º Fórum Eleitoral-Anexo do TRE, Cartório Eleitoral-Anexo do TRE, Ordem dos Advogados-OAB, Tribunal de Contas da União, Policia Federal, todos os empreendimentos instalados em uma área com estrutura ampla e moderna, todas localizadas na Via Verde. Destes, o que foi entregue na gestão do então Governador Arnóbio Marques foi à nova sede do TJAC, uma obra construída com financiamento conjunto do Executivo e do Judiciário Estadual[15].

---

[13]Disponível em: <https://agazetadoacre.com/binho-entrega-o-casarao-revitalizado-ao-povo-do-acre/>. Acesso em 20 de julho de2018.
[14]Parte da BR364 que foi revitalizada passou a ter esse nova toponímia, Via Verde.
[15]Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/noticias/tribunal-de-justica-do-acre-tem-nova-sede/>. Acesso em 17 de outubro de 2017. Publicado em 03.01.2011.

Figura 11 - Tribunal de Justiça do Acre -TJAC

Fonte: Janete Farias. Imagem registrada em trabalho de campo realizado em Novembro de 2017.

O projeto seguiu os mais modernos padrões de engenharia e arquitetura e atualmente se destaca na paisagem como símbolo de modernidade. Além dos órgãos públicos, nos anos posteriores foram instalados também na Via Verde prédios privados como hipermercados, Cidade da Justiça, Via Verde Shopping e Ecoville Rio Branco.

Há de se frisar que o processo de descentralização dos órgãos da administração pública e a materialização de vários empreendimentos privados na Via Verde e entorno fez com que ocorresse uma forte presença da especulação imobiliária, construções essas que trouxeram o aumento do valor dos imóveis tanto na própria Via Verde quanto no seu entorno, até porque um empreendimento construído ao lado do outro contribui diretamente para o processo de especulação imobiliária e valorização do solo do urbano de toda área ao entorno.

Posterior a essa gestão, deu-se início a gestão do governador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana) que iniciou seu primeiro mandato em janeiro de 2011 a 2014 e, desde janeiro de 2015 exerce seu segundo mandato. Assim, dentre as obras que representam a modernização feita durante seus anos de mandato tem-se a revitalização da Avenida Ceará, Nações Unidas, Estrada Dias Martins e Via Parque Tucumã-Universitário, ou seja, importantes vias da capital que passaram por urbanização, duplicação, pavimentação, drenagem e paisagismo.

Além destes investimentos foram feitas ampliação de avenidas como a Antônio da Rocha Viana e Amadeo Barbosa importantes vias da capital que foram ampliadas e arborizadas. Tais obras de infraestrutura não só modificaram fluxos internos da cidade, mas principalmente melhoram o acesso de pessoas aos bairros mais distantes do centro. Assim, estas obras de infraestrutura dinamizaram os fluxos internos da cidade dando acesso entre o centro e as periferias mais distantes.

Recentemente, uma das últimas obras anunciadas pelo governo é a revitalização do antigo prédio de um colégio (particular) construído na década de 1960, o Colégio Meta, para construção do Museu dos Povos Acreanos. Em desuso há vários anos, a edificação - protegida pela lei 1294/99 que institui e cria o Fundo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Acre - foi desapropriado em 2016 para ser transformada no Museu (Figura 12).

Figura 12 - Início das obras do Museu dos Povos Acreanos

Fonte: Janete Farias. Imagem registrada em trabalho de campo realizado em Outubro de 2017.

Desde a construção do Museu até a compra de equipamentos tecnológicos interativos, o governo do Estado vai investir cerca de R$ 24milhões. Sua instalação em um dos prédios mais antigos de Rio Branco carrega um significado simbólico muito importante para os rio-branquenses, uma vez que se trata da revitalização e ressignificação de um espaço que já estabeleceu relações afetivas e históricas muito relevantes com a população, sendo, portanto um espaço de memória coletiva.

O projeto está baseado no conceito de “retrofit”, ou seja, renovação com a manutenção das características originais, como as esquadrias, pisos e características estruturais. O projeto apresenta vários elementos da cultura e revolução acreana de modo a fortalecer o patriotismo[16], ao mesmo tempo em que vai ser uma das belas e moderna obras da capital (Figura 13).

Figura 13 – Projeto do Museu dos Povos Acreanos

Fonte: Agência de Notícia do Acre[17].

Este ritmo de “lançamento de novidades”, ao transformar-se em rotina da cidade, passa a fazer parte do imaginário dos cidadãos, que esperam com ansiedade e recebem com curiosidade as inovações, isto é, com uma aparente aprovação consensual de alguns e rejeição de outros. Quanto ao aspecto urbanístico, as novas políticas de embelezamento urbano tem se apoiado em obras e serviços visíveis, sobretudo os que tenham caráter monumental ou simbólico, pois esse tipo de marco urbano valoriza o sentimento de pertencimento dos citadinos.

Ao relacionar os investimentos e atributos de grandes obras como o Parque da Maternidade (Quadro 1) e o Museu dos Povos Acreanos é possível identificar uma variação expressiva quanto ao orçamento público. O Parque da Maternidade que teve um investimento de R$9.732.931,29 e foi construído com o objetivo de trazer para a cidade infraestrutura, entretenimento e fortalecer a

[16]Disponível em: <http://pagina20.net/v2/antigo-predio-do-colegio-meta-sera-transformado-no-museu-dos-povos-acreanos/>. Acessado em 29 de setembro de 2017. Publicado dia 11 de Maio de 2017.

[17]Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/museu-dos-povos-acreanos-uma-declaracao-de-amor-pelo-acre/>. Acesso em setembro, 2017. Publicado em 12 de Maio de 2017.

economia com o turismo, além fortalecer a história e o processo de urbanização da cidade. Já o museu teve um investimento duas vezes maior (R$ 24milhões) para um espaço relativamente menor que o Parque.

Ao comparar a quantidade de obras que é encontrada no Parque da Maternidade (museu, quadras, praças, espelho d' água, biblioteca, concha acústica usada para eventos culturais, áreas esportivas) é perceptível que a obra do Museu dos Povos Acreanos tem menos atributos. Cabe destacar que as obras foram construídas em anos diferentes e os valores não estão atualizados. A comparação entre as obras é no sentido dos investimentos feitos e na importância e/ou aceitação que o mesmo adquire perante a sociedade.

Em entrevista a Agencia de Notícia do Acre, a presidente da Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM) Karla Martins fala com entusiasmo desse novo empreendimento na cidade. A presidente assim destaca:

> O espaço será o primeiro equipamento cultural tecnológico interativo da Amazônia. Ele traça um fio condutor entre o passado, presente e futuro, reconfigura os espaços de memória do estado e surge no conjunto de reformas e restauros de diversos equipamentos culturais e de patrimônio que passam por uma revitalização. O museu será um estímulo às relações que os jovens estabelecem com esses espaços, uma vez que cria uma interatividade direta com os visitantes (AGENCIA DE NOTÍCIA DO ACRE, 2017)[18].

Enquanto a construção do museu tem sido vista como algo de grande relevância para o poder público, a população não é atendida por serviços públicos prioritários e urgentes na cidade, como na área da saúde, segurança e infraestrutura e outros. Para se ter uma ideia o governo do Estado vai gastar quase um milhão de reais apenas para climatizar as salas com uma estrutura de ar condicionado, por isso é grande a repercussão da construção e se realmente há a necessidade da obra.

Vale frisar que a Prefeitura de Rio Branco também fez obras estruturantes que contribuíram para esse processo de embelezamento da cidade. Algumas dessas edificações foram executadas em parceria com o governo do Estado para dar agilidade e construir uma estrutura bem consolidada, como é o caso da obra da Cidade da Justiça onde foram usados

[18]Publicado em11 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/antigo-predio-colegio-meta-sera-transformado-no-museu-dos-povos-acreanos/>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

materiais de primeira qualidade - em relação aos utilizados nas pavimentações de ruas da cidade - na rua de acesso ao prédio público.

No que refere às obras realizadas pela prefeitura nos últimos anos, destacam-se investimentos em vias públicas, praças, pontes importantes para o melhoramento da mobilidade urbana. Além dessas foram realizadas a revitalização do antigo prédio da Prefeitura, assim como do Bar Municipal construído na década de 1920, ambos localizados no centro da capital. E ainda as obras de caráter modernizante como a Rodoviária Internacional, a construção do Centro Popular de Compras (Shopping Popular) que está em andamento, numa tentativa de reorganizar o centro comercial da cidade.

O Plano Diretor (2016) seu **Art. 149** lista vários projetos estruturantes a serem materializados na cidade nos próximos anos na cidade de Rio Branco. O município deverá promover ações necessárias para implementação dos seguintes projetos:

I - construção do Porto Seco;

II - implantação da rede de ECOPONTOS para coleta de lixo inerte;

III – complementação do Anel Viário;

IV - construção da quinta ponte;

V - construção do Porto Fluvial na CEASA;

VI - implantação do Novo Cemitério Municipal;

VII - instalação da 2ª célula de Aterro Sanitário;

VIII - construção do Mercado do Peixe;

IX - obras de duplicação e alargamento das avenidas: Segundo trecho da Estrada da Floresta, Campo Grande e São Salvador;

X - construção de Terminais de Integração no São Francisco e Rodoviária Internacional;

XI - urbanização das avenidas Isaura Parente, Nações Unidas, Minas Gerais e Rio de Janeiro;

XII - implantação de Corredor Exclusivo de Ônibus na Avenida Ceará;

XIII - construção de um Terminal de Integração no Centro (em frente ao Estádio José de Melo), dentre outros projetos que fazem parte dos planos municipais.

As intervenções e parcerias entre prefeitura e estado em obras e projetos estruturantes demonstram o seu poder em reorganizar o espaço

urbano para atrair capital. Deste modo, os projetos de governo são seletivos, tanto espacialmente quanto setorialmente, ao investir em obras de reformas urbanas em áreas com potencial paisagístico como Parque da Maternidade, Parque do Tucumã, revitalização da margem do rio como a Gameleira.

Recentemente houve a entrega das obras de urbanização do entorno do lago do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), o denominado "Lago do Amor". A revitalização do espaço ao entorno deste lago foi sob o discurso que o mesmo servirá para reabilitação de pacientes que fazem tratamento no INTO. Porém, assim como as demais intervenções urbanas já realizadas ou em andamento na cidade, esta obra também é motivo de questionamento quanto sua finalidade tendo em vista o investimento empregado para realização. Sabe-se que o governo injetou quase R$2,5 milhões na revitalização do espaço, no entanto, o que se observa na área é mais paisagismo sendo que, parte desse recurso poderia ter sido investida no próprio hospital, que ainda é uma obra inacabada.

Há de se frisar que "coincidentemente" o "Lago do Amor" é uma obra às margens da BR-364 na Via Verde, mais precisamente na entrada que dá acesso ao Residencial IPÊ. Esse residencial é um loteamento fechado, local de moradia de grandes empresários, políticos e da casa oficial do governador, ou seja, da classe rica da cidade. É através dessas articulações de melhorias em determinados espaços que a cidade é reproduzida sob as lógicas e estratégias. É o que Trindade Júnior (1998) vai chamar de articulações entre os diversos produtores do urbano. No caso da revitalização do lago na entrada do Residencial Ipê fica nítida a coligação entre o Estado e os proprietários fundiários.

A urbanização do parque urbano ao longo do igarapé Fundo é outra obra que está em andamento. A revitalização desta área proporcionará na mobilidade urbana, saneamento, lazer e recuperação ambiental. O igarapé percorre cerca de três quilômetros da área urbana e percorrem vários bairros, logo, o projeto tem beneficiado famílias que reside a suas margens em situação de insalubridade, sendo que algumas já foram contempladas com unidades habitacionais entregues pelo governo do estado.

Pode-se dizer que a cidade de Rio Branco vem passando por muitas mudanças estruturais seja no âmbito de obras que requalificam o urbano seja

através da revitalização e/ou construção de novos empreendimentos públicos ao longo dos últimos anos. Deste modo, notam-se dois momentos na história da era PT no processo de produção do espaço em Rio Branco, a saber:

A primeira fase de (1999/2006) que corresponde ao governo de Jorge Viana, com a revitalização dos prédios públicos, de praças e monumentos que retratam a história e a cultura acreana, no sentido de criar e/ou firmarem uma identidade de seus moradores. E a segunda fase (2007/2018) referente ao momento atual também com obras de embelezamento urbano, mas com destaque para a atuação do estado e dos promotores imobiliários criando meios para apropriação privada do solo, a exemplo dos loteamentos e condomínios fechados.

Um elemento muito importante para toda essa mudança, ou melhor, embelezamento da cidade está relacionado ao crescimento populacional aliado à melhoria das condições sociais e econômicas, de parcela da população – o que tem contribuído para que Rio Branco assuma um papel cada vez mais importante dentro do contexto regional.

Esses fatores têm atraído investidores que veem nesse momento grandes oportunidades como pode ser comprovada com a presença a partir dos anos 2000 de diversos segmentos outrora não existentes na cidade como as grandes redes de hipermercado, a instalação do primeiro shopping, lojas de departamento e, mais recentemente a construção dos loteamentos fechados como uma novidade na cidade, mesmo sendo comuns nos outros estados.

Para Corrêa (2004), estes empreendimentos são os chamados produtos da inovação, no qual “o novo” é considerado sinônimo de progresso e bem-estar tornando-se graça à massiva publicidade, isto é, o mais importante e genérico objeto de consumo. Para o autor, as inovações constituem em meios pelos quais o capitalismo garante condições de sua própria existência e reprodução. Nesse sentido, “o novo” está presente em tudo, isto é, nos bens de consumo de massa e naqueles que conferem distinção social.

As inovações não se limitam às máquinas e/ou aparelhos ou ainda nas construções de imóveis, mas também ao próprio espaço que ao ser dotado de atributos locacionais em contínua ressignificação, é incorporado à difusão de inovações. Nesse sentido, a própria propriedade privada surge como produto da inovação tem acontecido em Rio Branco, onde este tipo de empreendimento

aparece como novo, já que até a última década não se tinha esse tipo de moradias na cidade.

Os condomínios e os loteamentos fechados embora únicos na paisagem urbana se apresentam como forma de realização da vida, além de se apresentam como sinônimo de conforto e segurança, principalmente nestes últimos anos em que o índice de violência na cidade teve um aumento expressivo após a chegada de facções criminosas de outros estados para o estado a partir 2016 em busca de controlar o tráfego de drogas na região.

A cidade adquire um valor e é vendida como mercadoria pelos promotores imobiliários e fundiários para a população de alto poder aquisitivo conforme destaca Morais e Venturato (2013) aquela população que pode pagar para "viver bem na cidade". Além disso, esse tipo de moradia modifica a paisagem urbana e estão sendo vendidos em um momento propício de grande valorização da natureza na cidade.

A produção do espaço urbano em Rio Branco pelo poder público tem sido viabilizada em suas instâncias estaduais e municipais em articulação com promotores imobiliários. Isso é percebido nas estratégias de aprovações de legislação tais como a lei de parcelamento do solo, Reformulação de Plano Diretor entre outras.

3. 4 - Produção do espaço urbano no fim da "era" do governo da floresta

As transformações no espaço urbano em Rio Branco no fim da era do governo da floresta ocorrem a partir das mudanças na legislação municipal com o novo Plano Diretor em 2016 e novas leis de parcelamento do solo que movimentam principalmente o mercado imobiliário na construção de condomínio com maior número de pavimentos e na nova forma de produção e apropriação privada do espaço através do parcelamento do solo para a construção de condomínios fechados de alto padrão.

Para compreender todas essas transformações é necessário pensar como ocorre o planejamento urbano. O planejamento urbano é constituído por uma série de modalidades que se relacionam entre si, porém estas modalidades podem ou não ser utilizadas em conjunto em uma cidade. Uma

das formas mais comum dessa modalidade no planejamento urbano é o zoneamento urbano.

Villaça (1999) destaca que mesmo recentemente, a maioria dos planos diretores brasileiros aparece o zoneamento apenas como princípios vagos e não operacionais e na prática ocorre o contrário, isto é, as leis específicas de zoneamento são operacionais, aprovadas nas Câmaras Municipais e executadas.

O zoneamento foi elaborado, a priori, sem qualquer cunho teórico, porém é a prática de planejamento urbano *lato senso* mais difundida da gestão pública. Desde sua elaboração até os dias atuais, quase que exclusivamente serviu para atender interesses claros e específicos da população de maior poder aquisitivo, além de contribuir para valorização diferencial da terra e para criar parâmetros restritivos que reservaram grande parte do espaço urbano para atender e/ou satisfazer interesses dos agentes produtores do espaço mais influentes, como o próprio Estado e o mercado imobiliário.

No que concerne às iniciativas governamentais para uso e ocupação do solo destaca-se o Estatuto da Cidade na esfera Federal e o Plano Diretor a nível Municipal. O estatuto da cidade é uma lei federal nº 10.257 de 10 de junho de 2001, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU é uma lei Municipal que abrange a totalidade do território municipal como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento, estabelecido em consonância com o disposto no Estatuto da Cidade, ou seja, com a Lei Federal nº 10.257. Em Rio Branco foi criado três Planos Diretores em momentos distintos, sendo o primeiro em 1896, 2006 e o atual atualizado em 2016. Os planos diretores, dentre outras finalidades, têm restrições quando se trata de edificação de grandes estruturas.

O Plano Diretor de 2006 de Rio Branco estipula o limite de oito pavimentos em áreas como próximo ao a área central. Porém, ao mesmo tempo em que incentiva e “impõe limites” para edifícios de grande porte torna-se contraditório, pois em um dos bairros contíguos ao centro nos anos de 2006 e 2007 foram construídos os dois dos maiores prédios residenciais de Rio

Branco na época, o Mirante do Parque com 16 pavimentos e, o Paraiso com 14 pavimentos.

Com o crescimento urbano e o aumento populacional, houve a necessidade de novos empreendimentos para atender a demanda. Deste modo, o mercado imobiliário vê este o momento para investir e construir mais empreendimentos deste porte. Assim, este tipo de moradia foi (e está) se espalhando na cidade diversificando suas tipologias, com prédios com mais pavimentos, amplos e modernos para atender os mais variados grupos econômicos.

Sobre o crescimento imobiliário na cidade de Rio Branco, a gerente da Imobiliária Casa, Jolciane Souza em entrevista diz que:

> [...] Trabalho há mais de dez anos no ramo imobiliário e já se ver uma mudança extraordinária no setor imobiliário de Rio Branco e ainda tem espaço para crescer ainda mais. A gente vê aí loteamento estourando por tudo quanto é lado; grandes empresas estão chegando também e tem construído grandes prédios aqui, são condomínios de alto padrão que já atende um faixa da população que necessita de um alto padrão (Entrevista realizada dia 7 de junho de 2017).

Pelo discurso da gerente, é possível verificar que o mercado imobiliário nesses últimos anos realmente teve uma ascensão, ou seja, a mesma se apresenta otimista. Outro ponto abordado pela gerente foi o padrão tanto dos condomínios quanto de pessoas que pode pagar por este tipo de moradia na cidade dado o alto padrão de construção. Para Wendel Henrique (2010, p. 47), nos espaços intraurbanos das cidades médias “o condomínio e o edifício com vários andares, mesmo que únicos na paisagem urbana representam a ‘modernidade’ e se apresentam como forma de realização da vida”.

A outra forma de moradia que tem movimentado o mercado imobiliário na cidade e evidenciando o monopólio do mercado residencial em Rio Branco que são os loteamentos fechados. Nesse sentido, é necessário fazer uma breve distinção entre condomínios, loteamento e loteamentos fechados, com o intuito de esclarecer as semelhanças e divergências entre esse tipo de empreendimentos e parcelamento do solo urbano, uma vez que na prática esses se assemelham, mas são relevantes suas diferenças.

O condomínio é uma propriedade privada que tem sua construção horizontal ou vertical conforme previsto no **Art.8º** do Código Civil, lei 4.591 de

16 de dezembro de 1964. No **Art. 1º** desta lei, os condomínios são conceituados como “edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não residenciais”.

No tocante ao uso não condominial do solo urbano, a Lei Federal nº 6.766 de 15 de dezembro de 1979 define que o parcelamento fundiário urbano só poderá ocorrer através do desmembramento ou loteamento. O desmembramento segundo esta Lei Federal (Art. 2º, § 2º) “é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes”.

Quanto ao loteamento a lei 6.766/79 conceitua como “a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”. Nas legislações municipais o parcelamento do solo urbano poderá ser feito, além de loteamento e do desmembramento, através do desdobro. Nas normas para parcelamento do solo no Plano Diretor 2016 de Rio Branco no seu artigo **Art. 74.§3º** o desdobro é conceituado como “a divisão de lote edificável para fins urbanos resultando em dois ou mais lotes” (PLANO DIRETOR, 2016).

O loteamento fechado trata-se de uma nova modalidade especial de parcelamento do solo adotada por alguns municípios que editam normas para adequar essas urbanizações. Apesar de não estar previsto na legislação federal, esse tipo de empreendimento tem se proliferado pelas cidades brasileiras, sendo implantado para atender as necessidades presentes de pessoas de classe médias alta produzindo mudanças na infraestrutura urbana e promovendo a segregação socioespacial.

Como toda a forma de loteamento estão submetidos à legislação de parcelamento do solo, os proprietários fundiários utilizam-se da lei condominial (Lei nº 4.591/64), regulada pela convenção prevista no **Art. 9º** (e artigos seguintes) para ficar “amparados” constitucionalmente. E é através dos ditames do referido preceito que os loteamentos fechados são vendidos como se fossem condomínios.

No ano de 2013, a prefeitura de Rio Branco cria uma nova legislação municipal (Lei Nº 1993 de 19/07/2013). O documento versa, especificamente sobre a implantação de condomínios horizontais e de loteamentos fechados. Sendo assim, o primeiro artigo do referido preceito define:

> Art. 1º Fica instituído o condomínio horizontal de lotes e o loteamento fechado para fins residenciais unifamiliares, no Município de Rio Branco, mediante prévia de aprovação dos projetos pelos órgãos públicos competentes, respeitando-se os índices urbanísticos e critérios previstos nesta Lei, no Plano Diretor, no Código de Obras e na legislação vigente.

Como não existe uma lei federal que ampare a implantação desse tipo de empreendimento de loteamento fundiário, a referida lei (Lei Nº 1993 de 19/07/2013) no **Art.2** em incisos § 5º e §6º faz uma diferenciação entre essas novas modalidades de residência, isto é, do condomínio horizontal de lotes e loteamentos fechado, indicado os padrões de uso e ocupação do solo:

> V - condomínio horizontal de lotes: divisão de gleba ou lote em frações ideais, correspondentes a unidades autônomas destinadas à edificação para fins residenciais em edificações unifamiliares, com áreas de uso comum dos condôminos, que não implique na abertura de logradouros públicos, nem na modificação ou ampliação dos já existentes, com abertura de vias internas de domínio privado;
> VI - loteamento fechado: loteamento cujos lotes são destinados à edificação, e cuja administração e manutenção das vias e áreas públicas ficarão ao encargo e ônus dos proprietários, enquanto estiver vigorando a autorização do Município para que o loteamento esteja fechado em todo o seu perímetro;

A reformulação do Plano Diretor em 2016 ratifica a Lei 1993/2013 estabelecendo a possibilidade de implantação dos loteamentos fechados na capital. O **Art.75** do referido Plano designa o seguinte: “são permitidos os loteamentos fechados e os condomínios horizontais de lotes, regulamentados por lei municipal específica” (PLANO DIRETOR, 2016, p. 46).

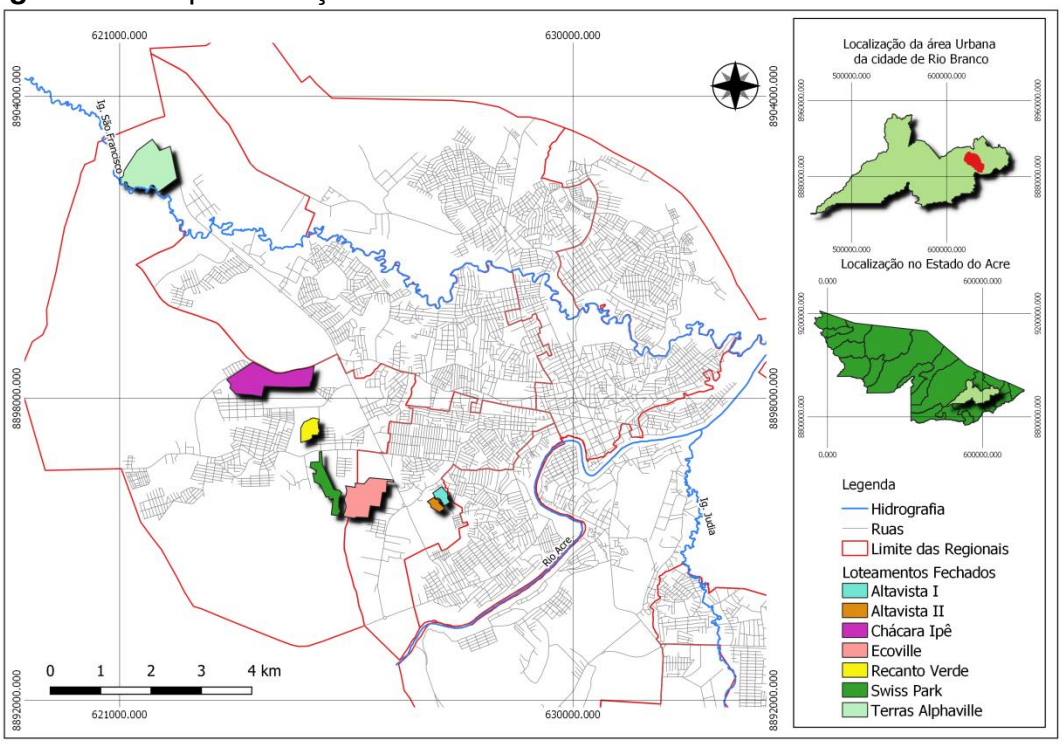
Sendo modalidade de moradia já bastante comum nas cidades brasileiras, essa nova configuração espacial tem atraído as classe média alta em Rio Branco. Estes são anunciados como “um novo conceito em moradia” e tem se transformado no tipo mais desejável de residência. Na capital, tendo em vista o incentivo das leis municipais, supracitadas é verificável que sete loteamentos fechados foram construídos e/ou estão em fase de construção na capital acreana. O quadro 3 e a figura 14 mostram a espacialização destes empreendimentos na cidade.

Quadro 3 - Loteamentos fechados em Rio Branco, 1999-2017

Loteamento	**Andamento da obra****	**Ano CNPJ***
Residencial Chácara Ipê	Construído	1999
Ecoville Rio Branco	Construído	2011
Parque Bonsucesso	Em obras	2014
Terras Alphaville Rio Branco	Em obras	2015
Swiss Park Rio Branco	Em planejamento	Sem data
Alta Vista 1	Em planejamento	Sem data
Alta Vista 2	Em planejamento	Sem data

Fonte: *Inscrição no CNPJ: http://www.cnpjbrasil.com/. **Pesquisa direta
Elaborado por Janete Farias

Figura 14 - Espacialização dos loteamentos fechados em Rio Branco



Fonte: Projeção cartográfica: WSG 84. Dados da Secretaria das Cidades.
Elaborado por Dhuliani Cristina. Data: 15/11/2018

Os loteamentos fechados estão sendo construídos em sua maioria na área de maior potencial econômico e valorização da cidade denominada de Via Verde. Essa Via é parte da BR364 que foi revitalizada e renomeada. É também a porção da cidade onde tem em seu entorno o novo Centro Administrativo, que é a junção de vários órgãos da administração pública que foram descentralizados para essa área, além dos investimentos realizados pela

iniciativa privada tais como o Via Verde Shopping, Ecoville Rio Branco, Havan, entre outros.

Ao permitir esse tipo de parcelamento do solo, isto é, os loteamentos fechados, o poder público se ausenta de suas funções tradicionais de planejamento ao mesmo tempo em que transfere para os promotores imobiliários o “arbítrio” para construir espaços enclausurados e definindo suas próprias normas. Por exemplo, o fechamento de vias e demais espaços de uso público que é um mecanismo muito utilizado pelos promotores imobiliários que investem nessa forma de divisão do solo.

Essa postura fere as normas de parcelamento do solo, isto é, a Lei Federal n.º 6.766/79 que afirma a produção de logradouros é de domínio público, exceto quando próprio o município impõe restrições de uso. Um mecanismo bastante utilizado pelos empresários que investem nessa forma de parcelamento do solo é recorrer às concessões de uso desses espaços junto às prefeituras.

Os loteamentos fechados veem sempre acompanhados dos *marketings* de morar perto na natureza, simbolizando um estilo de vida diferenciado. Analisando alguns materiais publicitários referentes à comercialização desse tipo de empreendimento em Rio Branco, percebe-se o quanto é recorrente o apelo ao verde e a proximidade dos serviços públicos e privados como o shopping, centro educacional, hipermercados como elemento de valorização imobiliária (Quadro 04).

Quadro 4 - Compilação anúncios dos loteamentos fechados em Rio Branco

Fonte: Sítios eletrônicos das incorporadoras. Elaborado por Janete Farias

Percebe-se também que nesses *slogans* dos loteamentos aparece além do privilégio morar perto da natureza dentro dos loteamentos, a apresentação dos mesmos como empreendimentos de construções modernos e inovador, ou seja, “sinônimo de morar bem”. Essa apropriação privada do espaço urbano, não só em Rio Branco, mas também em outras cidades, tem contribuído para que o espaço adquira um valor e a propriedade privada se torne uma mercadoria, ou seja, a cidade tem si tornado mercadoria.

A concretização desses loteamentos fechados não agradou muitos empresários do mercado imobiliário, tento em vista que atrapalhou as vendas de apartamentos nos condomínios. Esse discurso foi identificado na entrevista com (João Albuquerque) proprietário da Albuquerque Engenharia. Ao ser indagado sobre os diversos lançamentos de lotes, o empresário diz o seguinte:

> [...] O lote é uma coisa que no desenvolvimento urbano você vê o andamento em menor velocidade, isso porque, as empresa estão demorando 3,4, 5 anos para entregar o terreno para pessoa, aí a pessoa vai ter que construir uma casa e isso demanda muito tempo (Entrevista com realizada dia 13 de junho de 2017).

Percebe-se pela fala do empresário, a insatisfação na concretização desses empreendimentos tendo em vista a possível queda nas vendas de apartamentos nos condomínios convencionais. Nesse sentido, ao analisar o período do início das obras do Ecoville o primeiro loteamento a ser lançado em Rio Branco é possível verificar que realmente este tipo de empreendimento

demora mais para ser totalmente habitado. As obras do empreendimento iniciaram em 2013 tinham a previsão de serem entregues em 30 meses. No entanto, pela data prevista era para estes lotes serem entregues em 2016, mas os primeiros lotes foram entregues no dia 22 de novembro de 2017, um ano após a data programada (Figura 15). Essa demora em serem liberados para os proprietários darem início às obras acaba que “impedindo” o desenvolvimento urbano.

Figura 15 - Entrega de lote no Ecoville Rio Branco - 2017

Fonte: Janete Farias. Imagem registrada em trabalho de campo realizado em Novembro de 2017.

O registro foi realizado no período da manhã e mostra os últimos ajustes para a grande inauguração que iria acontecer à noite. No local foi possível observar a movimentação de trabalhadores com caminhões de barro, máquinas e pessoas fazendo os últimos detalhes da parte de iluminação, o que demostra um empenho para deixar o local asseado para receber e/ou “impressionar” os clientes com o primeiro empreendimento desse porte entregue na cidade.

Como mencionado em outro momento é relevante destacar que apesar de não possui previsão legal, a construção de loteamentos fechados é bastante comum, por isso muitos autores criticam essa forma de ocupação do solo. Saboya (2007) destaca essa forma de moradia (em espaços enclausurados) pode trazer grandes malefícios para a cidade e, assim o autor elenca alguns elementos como: segregação urbana, mantendo a classe alta isolada em seus “castelos” inacessíveis; espaços públicos empobrecidos, devido à falta de relação entre os espaços públicos e privados; diminuição da acessibilidade, já

que os sistemas viários são privatizados e os fluxos da cidade são obrigados a contornar os condomínios e pobreza nas relações sociais, uma vez que os moradores só convivem com seus “iguais”.

Compreende-se com isso que o espaço urbano no capitalismo é um produto que foi transformado em mercadoria, a mercadoria-espaço. Nesse sentido, Carlos (2015a) mencionou que o espaço e realiza de duas formas: através da própria produção da cidade pelo trabalho social e, através da produção da habitação no qual (a mercadoria-espaço) é intercambiável pelo mercado imobiliário.

A materialidade do espaço assume interesses diversos para o capital, o poder público e para sociedade. Para o capital, a produção do espaço acaba se tornando o suporte do valor de troca, o espaço é apropriado e transformado em mercadoria. Ou seja, o capital vai se reinventando procurando formas de se realizar. Para o poder público acaba se aliando aos promotores imobiliários e contribuindo o processo de segregação espacial. Já a sociedade ver a materialidade do espaço enquanto uma possibilidade de, através dos usos, alcançar uma das maiores idealizações da vida, que é a moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades estão inseridas no processo de produção capitalista que tem transformado o próprio espaço (e tudo que nele contém) em um valor de uso e um valor de troca, ou seja, um bem de utilidade geral. O espaço urbano é tido como interesse de todos e não como espaço natural, mas como algo a ser negociado, um produto, uma mercadoria.

O aporte teórico da pesquisa evidenciou que no processo de produção do espaço urbano tem-se a atuação de vários agentes responsáveis por modificar a cidades. Na cidade de Rio Branco os agentes que mais se destacam é o poder público (estadual e municipal) que em coligação o mercado imobiliário trabalha para produzir cada vez mais espaços diferenciados que acaba sendo os lugares mais urbanizados e valorizados da cidade.

Na cidade de Rio Branco, a produção capitalista do espaço não é diferente das demais cidades. Como demostrado em vários momentos as ações urbanísticas que tem transformado o espaço urbano de forma mais expressiva data do final da década de 1990. Essas mudanças em curso estão associadas com a chegada da coligação da Frente Popular do Acre/FPA-PT no Executivo Estadual (e a partir de 2006 no Executivo Municipal) e conseguiu manter um monopólio político por quase duas décadas.

Durante todos esses anos, os investimentos realizados pela FPA serviram para atender os próprios interesses e de um grupo seleto. No primeiro caso mesmo que as revitalizações urbanas tendo refletido positivamente no processo de embelezamento da cidade, o governo em suas várias gestões tem deixado muito a desejar, tendo em vista a precariedade gritante em vários âmbitos como saúde, segurança, infraestrutura e outros.

Tais medidas urbanísticas são trabalhadas de forma tão ideologicamente intensa que mexe com o imaginário das pessoas. Como foi pontuado durante o decorre da pesquisa a produção em massa de monumentos públicos e revitalizações de espaços públicos foram erigidas no sentido de reforçar uma identidade no povo acreano que para o governo era “inexistente”.

O que fica nítido é que essas modificações, em sua maioria, são bem-vistas para a sociedade que se reage de forma positiva a essas mudanças, o

que se manifesta, por exemplo, no apoio ao PT nas eleições que perdurou por quase anos, cujos candidatos são eleitos na maioria das vezes, invariavelmente no primeiro turno. Vale destacar que na última eleição para o Executivo Estadual o candidato da FPA-PT perdeu para o candidato do Partido Progressista-PP também no primeiro turno, o que mostra que a maioria da população foi bem categórica ao optar por novas mudanças na conjuntura política estadual. Porém, no que se refere às obras de revitalização, a "atenção" que a FPA dava para os prédios e espaços públicos na cidade não se sabe se vão ser priorizadas nessa nova gestão.

Esse domínio do poderio político foi tão bem trabalhado que mesmo com as precariedades gritantes em todo o Estado este era até então, o governo com maior aceitação. Para atender interesses dos grupos da classe hegemônica, o governo trabalhou no sentido de crias condições necessárias para a implantação de investimentos, um exemplo é a aprovação de leis de parcelamento do solo, ou seja, para criação de loteamentos fechados favorecendo o mercado imobiliário e a abertura de crédito para implantação de empreendimentos nacionais de renomados.

O governo e a iniciativa privada, principalmente se destacam com ações que tem modificado não somente a imagem da cidade, mas também em criar condições para a apropriação privada do espaço através de leis que favorece a construção e parcelamento do solo em áreas que antes não era possível.

O levantamento das principais obras urbanísticas em Rio Branco realizado a partir de 1999 demostrou que as mesmas foram fundamentais para o processo de mudanças e embelezamento da cidade. As revitalizações e construção além de mudar a estrutura e a imagem da cidade culminam na valorização do solo de área outrora pouco valorizada como, por exemplo, o entorno Parque da Maternidade e o entorno da Via Verde com os empreendimentos públicos e privados. Desde modo, o Estado é um agente categórico no processo de produção do espaço, pois ao levar e/ou modificar determinado local cria um novo espaço diferenciado na cidade.

Ao sancionar a Lei Municipal nº 1993 de 19/07/2013, sete anos após o Plano Diretor 2006 o poder público demostra claramente a articulação existente entre esses agentes hegemônicos. Um exemplo o Ecoville Rio Branco que

registrado em 2011 e tem a partir de 2013 já com a venda dos lotes, no mesmo ano de aprovação da lei de implantação de loteamentos fechados.

Os loteamentos fechados mesmo em ascensão em Rio Branco e não tendo legislação própria tal como os condomínios ficam sujeitos apenas às legislações municipais para sua materialização, portanto, essa também é uma forma da coligação existente entre o poder público e os grandes empresários. Essas articulações levam a uma afirmação crescente da lógica do capital imobiliário, ou seja, o capital procura todas as formas de se reinventar. Porém, essa reinvenção gera impactos decisivos tanto na estrutura da cidade quanto na vida da população, uma vez que amplia progressivamente o processo de segregação.

Verificou-se que o crescimento da cidade tem sido direcionado principalmente para a regional do Calafate e Floresta, mais precisamente em parte no entorno da Via Verde onde já tem instalados vários serviços públicos e empreendimentos privados. A descentralização desses serviços e, mais recentemente a materialização dos loteamentos fechados nessa porção da cidade tem valorizado o solo ao entorno da Via Verde e dos bairros adjacentes. Assim, tanto os condomínios fechados quanto os loteamentos fechados tem transformado não apenas a estrutura e/ou a imagem da cidade, mas tem contribuído para o processo que Sánchez (2003) vem falar que a cidade assim como o próprio espaço tem si tornado uma mercadoria a ser vendida.

Identificou-se na Prefeitura que há em Rio Branco a produção realizada pelos promotores fundiários, no entanto, a dificuldade em apontar quem são esses agentes, bem como a localização de suas propriedades tornou-se inevitável deixa-los para serem estudados em outro momento. Na Prefeitura, foram mencionados que os maiores donos de terras urbanos são os próprios donos das imobiliárias que mais atuam no mercado de Rio Branco, principalmente da Imobiliária Ipê e Imobiliária Fortaleza.

Sabe-se que além desses empresários existem tantos outros proprietários de grandes áreas de terras dentro do perímetro urbano. Porém, para fazer tal assertiva seria necessária uma pesquisa mais aprofundada em vários órgãos estaduais e municipais, considerando que há entreves tanto das próprias instituições em fornecer dados e/ou informações, quanto obstáculos dos próprios proprietários que não têm interesse de se identificar.

Portanto, através das literaturas e dos procedimentos realizados para a materialização da pesquisa fica evidente que realmente as transformações que a cidade de Rio Branco vem passando ao longo dos anos. As intervenções urbanísticas e a produção de moradia mesmo sendo para atender a um grupo seleto mostraram que o espaço urbano é produzido sob as estratégias capitalistas repleto de interesses, coligações e contradições e transformado em mercadoria.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIA ACRE. <http://www.agencia.ac.gov.br/parque-da-maternidade-completa-quinze-anos/>. Acesso em 28/ 09/2017

ALVARES, Isabel Pinto. **A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVARES, Isabel Pinto. (Org.). A cidade como negócio. São Paulo, Contexto: 2015.

ALVES, Flamarion Dutra. **Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana.** DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; ENGEL, Vonia. **A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos**: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, V.19, N.1, p.89-105, JAN.-ABR. 2017. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5202>. Acesso em 25 de maio 2017.

AMENDOLA, Giandomenico. **La Ciudad Postmoderna**. Traducción: Marisa García Vergaray y Paolo Sustersic. Celeste Ediciones, Madrid-Spain, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem / Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi, com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 16. ed. – São Paulo: Hucitec, 1981.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/455729.pdf>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

BENTO, Victor Régio da Silva. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco – Acre.** Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – Ceará, 2017.

BERDOLAY, Vincent e PAES, Maria Tereza Duarte. **Imagem e patrimonialização em planejamento urbano:** Salvador (BAHIA) e Bordeaux em perspectiva. Revista Cidades, Grupo de Estudos Urbanos – GEU, v. 5, n. 7, 2008.

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Territórios a Estado – um olhar social.** Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP. São Paulo-SP, 2005.

BOTELHO, Adriano. **A renda fundiária urbana:** uma categoria de análise ainda válida. Tese de doutorado. São Paulo, 2005.

BONFANTI, Dhuliani Cristina. **Planejamento e expansão urbana em Rio Branco/ AC.** Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de. Edições Técnicas, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____.**Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____.**Perspectiva da urbanização brasileira** – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C. D. (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis, Insular, 2011.

_____.**Sobre agentes sociais, escala, e produção do espaço**: um texto para discursão. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo,
2012.

_____.**Inovações espaciais urbanas** – algumas reflexões. In: Formas espaciais Revista Cidade. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos,. v.7, n. 23, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo-SP. FFLCH, 2007.

_____.**Da "organização" à "produção do espaço no movimento no pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO. M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto: 2012.

_____.**A tragédia urbana**. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. ALVARES, I. P. (Org.). A cidade como negócio. São Paulo, Contexto: 2015a.

_____.**Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015b.

CAMPOS, Heleniza Ávila; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; CRUZ, Patrícia Fernanda de Sousa. **Reflexões acerca dos conceitos e Referenciais teóricos sobre reestruturação Urbana e os novos produtos imobiliários**. In: CAMPOS, Heleniza Ávila; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.). Valorização do solo e reestruturação urbana: os novos produtos imobiliários na Região dos Vales - RS [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2014.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. ENDLICH, Ângela Maria. **Sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades brasileiras**. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011. Disponívelem:file:///c:/users/asus/downloads/sentimento%20de%20inseguran%c3%87a%20urbana%20nas%20pequenas%20cidades.pdf.Acesso em 30 de outubro de 2017.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FURINI, Luciano Antonio. **Os agentes urbanos: conceito e características principais**. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 8, n. 1, p. 15-24, 2014.

FLEMING, Ângela, Maria Bessa e HADDAD, Assed Naked. **Política habitacional no acre e inclusão social:** o desafio dos governos. G&DR, v. 6, n. 2, p. 2-22, mai-ago/2010, Taubaté, Sp, Brasil.

GOVERNO DO ACRE. **Portal da Polícia Militar**. <http://www.pm.ac.gov.br/wps/portal/policia-militar/policia-militar/fale-conosco>. Acesso em 03/09/2017.

HARMONIOUS CITIES. **State of the World's Cities**. United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). Londres, Sterling, VA, 2008/2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de Joao Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital.** Tradução Magda Lopes. Ed. Boitempo. 2013.

HENRIQUE, Wendel. **Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias**. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE Wendel (Orgs.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil.** Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. e-Book.

_____. Cidades. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

KONDER, LEANDRO. **O que dialética São Paulo**: Brasiliense, 2008.

LENCIONE, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. - 4. ed. - Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MORAES Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica**. A Valorização do Espaço. 2ª ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

MORAIS. Maria de Jesus. **"Acreanidade"**: invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016.

MORAIS, Maria de Jesus e VENTURATO, Raquel Duarte. **Reforma urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC)**: entre o "deslocamento" forçado e a "despossessão" de bens materiais e simbólicos. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 89-110.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-PMBR. **1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Rio Branco, 1986.

_____. **Plano diretor do Município de Rio Branco**. Lei nº 1.611 de 27 de outubro de 2006.

_____. **Revisão do Plano Diretor do Município de Rio Branco**. Lei nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016.

_____. **Lei nº 1993 de 19 de julho de 2013.** Dispõe sobre a implantação de loteamentos fechados e de condomínios horizontais de lotes em Rio Branco e dá outras providências. Publicado em 23 Julho de 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256763>. Acesso em 30 de novembro de 2017.

_____. **Álbum: A Rio Branco em que vivemos**. Registro dos 100 anos de Prefeitura. Rio Branco- Acre, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada de século**: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 2001.
_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó. Argos, 2003.

SABOYA, Renato. **Condomínios fechados** [S.I.], 19 de julho de 2007. Disponível em:<http://urbanidades.arq.br/2007/07/condominios-fechados/>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Colaboração Denise Elias. -6. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade no Acre:** A utopia modernista de Hugo Carneiro na década de 1920. Dissertação

apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA, Willian Ribeiro da. **A Redefinição da centralidade em cidades médias em Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional**. X Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

SOARES, P. R. R. **A urbanização do Rio Grande do Sul:** as cidades médias e sua relação com o território. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina Duarte (Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Produção imobiliária e reestruturação urbana nas cidades e Pelotas e Rio Grande (RS).** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina- EGAL. Universidade de São Paulo, 2005.

SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STEINBERGER, Marília & BRUNA, Gilda Collet. **Cidades médias**: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (orgs.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em:<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo2_cidademedias.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. **Agentes, redes e territorialidades urbanas**. Revista Território, ano 3, n. 5, p. 31-50, jul./dez. 1998.

PANERAI, Philippe. **A Paris de Haussumann**: 1853-1882. In: PENERAI, Philippe; CASTEX, Jean.; DEPAULE, Jean-Charles Depaule (Org.). Formas Urbanas: a dissolução da quadra. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

POLUCHA, Ricardo Serraglio. **Ecoville:** construindo uma cidade para poucos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais – v. 11, n.1, 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIANA, Nildo. **Violência urbana:** a cidade como espaço gerador de violência. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba.; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.).O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/doc/92685060/Umacontribuicaoparaahistoriadoplanejamento-urbano-no-Brasil-Flavio-Villaca-In-O-processo-de-urbanizacao-no-Brasil>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

VOLOCHKO, Danilo. **A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; Volochko, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Org.). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015.